



PDTIC

Plano Diretor de Tecnologia
da Informação e Comunicação



The image features a background of light gray hexagonal outlines. In the center, there is a vertical stack of three hexagonal shapes, each containing text. The top hexagon contains the word 'Diretoria'. The middle hexagon contains the name 'Maurício Coelho' followed by '(Diretor-Presidente Substituto)'. The bottom hexagon contains the name 'Maurício Coelho' followed by '(Diretor de Infraestrutura de Chaves Públicas)', and below that, 'Pedro Pinheiro Cardoso' followed by '(Diretor de Auditoria, Fiscalização e Normalização)'.

Diretoria

Maurício Coelho
(Diretor-Presidente Substituto)

Maurício Coelho
(Diretor de Infraestrutura de Chaves Públicas)

Pedro Pinheiro Cardoso
(Diretor de Auditoria, Fiscalização e Normalização)

Equipe de Revisão

Geraldo Clay de Souza Maciel

José Antônio Alves Moreira

Juliana Maria Lanzarini

Lucas Rocha Ribeiro

Marcelo Carboni Gomes

Ruy Cesar Ramos Filho

Roberto Wagner de Carvalho Araújo

Roney Carvalho dos Santos

Wellington de Jesus Nougá

Aprovação

Comitê de Governança, Riscos, Controle e Governança Digital (CGRC-GD)

Histórico de Versões

Data	Versão	Descrição	Autor
23/05/2023	1.0	Elaboração de Minuta	Equipe de Revisão do PDTIC
15/06/2023	1.0	Aprovação de Minuta	CGRC-GD
15/06/2023	1.1	Assinatura	CGRC-GD

Sumário

1. Apresentação	6
2. Introdução	7
4. Histórico do PDTIC	10
5. Metodologia Aplicada para Elaboração	11
6. Ciclos de Revisão e Monitoramento do PDTIC	12
A) Revisão	12
B) Monitoramento	13
7. Documentos de Referência	14
8. Estrutura Organizacional de TIC	16
A) Competências das Estruturas de Governança de TIC	17
9. Resultados do PDTIC Anterior	23
10. Referencial Estratégico de TIC	24
A) Missão	24
B) Visão	24
C) Valores, Princípios e Diretrizes	24
D) Objetivos Estratégicos	26
E) Análise SWOT	27
11. Alinhamento com a Estratégia da Organização	31
12. Inventários de Necessidades	31
A) Critérios de Priorização	34
13. Capacidade Estimada de Execução da Área de TIC	38
14. Planos de Metas e Ações	39
A) Planos de Metas	39

B) Planos de Ações	40
a) Planos de Ações - CGICP (Custeio)	41
b) Plano de Ações - CGICP (Investimento)	43
c) Plano de Ações - DINFRA (Custeio)	44
d) Plano de Ações - DINFRA (Investimento)	50
e) Plano de Ações - DINFRA (Sem Custo)	55
f) Plano de Ações - CGGTI (Custeio)	56
g) Plano de Ações - CGGTI (Investimento)	61
h) Plano de Ações - CGGTI (Sem Custo)	69
15. Plano de Gestão de Pessoas da Área de TIC	70
16. Plano de Gestão de Risco	73
17. Fatores Críticos de Sucesso	76
18. Conclusão	76
19. Anexos	77

1. Apresentação

Neste documento são apresentados o objetivo, o conteúdo, a abrangência, o período de vigência e as informações a respeito de revisão, aprovação e publicação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações (PDTIC) do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI) para o triênio 2023-2026, alinhado ao Planejamento Estratégico 2023-2026 do ITI.

O PDTIC é um instrumento instituído pela Política de Governança do ITI, em conformidade à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022 regida pela Lei nº 14.133, de 2021 do Ministério da Economia/Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital/Secretaria de Governo Digital.

“Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC: instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de TIC, com o objetivo de atender às necessidades finalísticas e de informação de um órgão ou entidade para um determinado período”; (Instrução Normativa nº 01/2019, art. 2º, inciso XXV)

O PDTIC serve de instrumento tático operacional para continuidade ao Planejamento Estratégico 2023-2026 do ITI, permitindo o direcionamento das ações e projetos de TIC de todas as unidades organizacionais do ITI, a fim de garantir eficiência e eficácia na gestão de TIC. Portanto, abrange as necessidades de TIC de todas as áreas do Instituto, considerando as peculiaridades entre elas. O item 7 apresenta a estrutura organizacional de TIC do ITI.

Segundo a Política de Governança de TIC do ITI, a aprovação e o acompanhamento dos planos estratégicos e táticos, neste caso o PDTIC, assim como a priorização das demandas de TIC, é de competência do Comitê de Governança, Riscos, Controles e Governança Digital (CGRC-GD).

A revisão deste documento é anual, entretanto pode ocorrer extraordinariamente, quando fatores externos e/ou internos requeiram sua revisão, tais como as atualizações do Planejamento Estratégico 2023-2026 do ITI e/ou novas legislações relacionadas à TIC na Administração Pública Federal (APF).

2. Introdução

O Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI) é uma Autarquia Federal, criada por intermédio do Art. 12 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, com sede e foro no Distrito Federal e Estrutura Regimental aprovada pelos Decretos nº 8.985, de 8 de fevereiro de 2017 e nº 9.183, de 30 de outubro de 2017, vinculada à Casa Civil da Presidência da República, na forma do Decreto nº 8.872, de 10 de dezembro de 2016, com a finalidade de ser a Autoridade Certificadora Raiz (AC) da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). Sua competência principal é operacionalizar, manter e modernizar o sistema nacional de certificação digital da ICP-Brasil, além de atuar como a primeira Autoridade da Cadeia de Certificação Digital Raiz e regulamentar a utilização do Certificado Digital no país.

Em 16 de julho de 2020, o Governo Federal editou a Medida Provisória nº 983, que “dispõe sobre as assinaturas eletrônicas em comunicação com entes públicos e em questões de saúde e sobre as licenças de softwares desenvolvidos por entes públicos”, ampliando a missão do ITI, incluindo sua atuação “em atividades dos órgãos e entidades da administração direta, autárquica e fundacional dos Poderes e órgãos constitucionalmente autônomos dos entes federativos relacionadas à criptografia, às assinaturas e identificações eletrônicas e às tecnologias correlatas, inclusive àquelas relativas às assinaturas eletrônicas simples e avançadas.”

A MP nº 983 passou pelo Congresso e teve seu texto bastante alterado, sendo promulgada a Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020, [disponível no site](#).

O parágrafo único do Art. 5º, diz ainda que essa atuação abrangerá:

I - a realização de pesquisas;

II - a execução de atividades operacionais;

III - a prestação de serviços no âmbito dos entes públicos de que trata o caput, ressalvadas as competências específicas de outros órgãos e entidades;

IV - o fornecimento de assinaturas eletrônicas avançadas a pessoas naturais e a pessoas jurídicas para uso nos sistemas de entes públicos de que trata o caput; e

V - a edição de normas em seu âmbito de atuação”.

Desta forma, observa-se que o ITI utiliza a Tecnologia da Informação e Comunicações para atividades-meio (níveis tático e operacional) e atividades-fim (nível estratégico), tornando-se inerente ao objetivo principal do órgão e, por isso, no seu Planejamento Estratégico já são apresentadas em nível macro, as necessidades tecnológicas e de informação que dão origem ao planejamento tático, o qual contém as prioridades de TIC estabelecidas no ITI.

O planejamento de TIC pode ser realizado em três níveis: estratégico, tático e operacional, desde que haja o devido alinhamento destes, ou seja, coerência com as principais decisões e estratégias de mais alto nível para que possa, efetivamente, contribuir para o alcance dos resultados esperados.

O referencial estratégico compõe-se de missão, visão, princípios e diretrizes, além de análise do ambiente organizacional (matriz SWOT) e objetivos estratégicos.

Nesse sentido, o ITI adota o nível estratégico através do Planejamento Institucional 2023-2026, alinhado ao Plano Plurianual (PPA) e à Estratégia de Governo Digital (EGD), que são as diretrizes do Governo Federal para as políticas públicas e ações de TIC, respectivamente. O PDTIC é utilizado no nível tático, o qual permite nortear e acompanhar a atuação da área de Tecnologia da Informação e Comunicações, visando obter melhor gestão dos recursos e maior qualidade na prestação de serviços do ITI. E o nível operacional fica a cargo das unidades organizacionais, que possuem a faculdade de produzir os respectivos planos operacionais.

Destarte, o PDTIC 2023-2026 do ITI apresenta definição clara das ações de TIC a serem realizadas para suas respectivas unidades, o que permite maior efetividade em sua execução, de modo que o desenvolvimento das ações na área de TIC estejam sempre sintonizadas com a missão do Instituto.

Ressalte-se que, além do direcionamento estratégico, este plano também tem a missão de promover o atendimento aos requisitos de governança identificados por meio de diretrizes e fundamentos legais.

Com o intuito de dar transparência e publicidade, o PDTIC é divulgado no Portal do ITI, na área Institucional, através do endereço eletrônico <https://www.gov.br/iti/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/plano-diretor-de-tecnologia-da-informacao-e-comunicacao-pdtic>

3. Termos e Abreviações

Os conceitos relacionados a termos técnicos, convenções e abreviações mencionados no decorrer deste documento são apresentados abaixo:

AC Raiz	Autoridade Certificadora Raiz
APF	Administração Pública Federal
BI	Business Intelligence
CGRC-GD	Comitê de Governança, Riscos, Controle e Governança Digital
EAT	Entidade de Auditoria do Tempo da ICP-Brasil
EGD	Estratégia de Governança Digital da Administração Pública
ICP-Brasil	Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira
ITI	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação
PDTIC	Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações
PPA	Plano Plurianual do Governo Federal
SAF	Sistema Antifraude
SEI	Sistema Eletrônico de Informações
SISP	Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação
SWOT	Sigla oriunda do idioma inglês e acrônimo de Forças (Strengths), Fraquezas (Weaknesses), Oportunidades (Opportunities) e Ameaças (Threats). Trata-se de uma ferramenta utilizada para análise de cenário (ou de ambiente), sendo usada como base para gestão e planejamento estratégico de uma corporação

TCU	Tribunal de Contas da União
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicações

4. Histórico do PDTIC

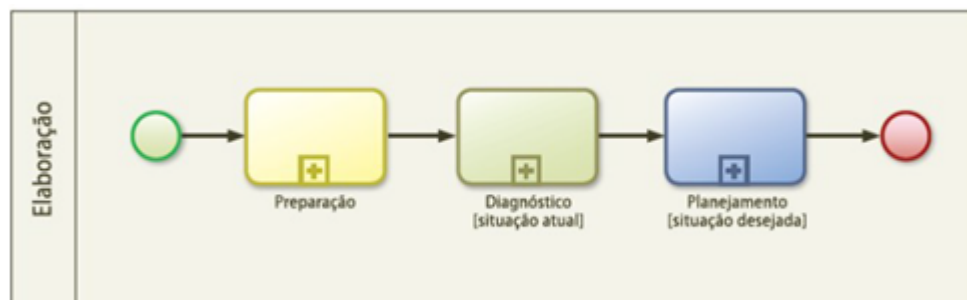
O ITI publica o PDTIC desde 2017 e suas versões anteriores fazem referência a duas áreas de TIC, uma estratégica e outra corporativa. No entanto, o entendimento atual é de que haja apenas um PDTIC contemplando todas as estruturas e ações de TIC no âmbito do Instituto, a fim de estar em conformidade com órgãos de controle e o SISP.

As ações trarão melhoria ao processo de gestão da área de TIC contemplando: composição de infraestrutura de TIC compatível com as suas atuais necessidades, preparando-a para os próximos anos (escalabilidade); formação de equipe de gestores de TIC (especialidade); direcionamento gradativo de esforços na área de TIC para o domínio das aplicações ligadas às áreas fim do ITI; e definição de contratação dos sistemas voltados às áreas meio do ITI.

5. Metodologia Aplicada para Elaboração

A metodologia utilizada para a elaboração do PDTIC baseou-se no Guia de PDTIC do SISP versão 2.0, conforme as fases demonstradas na Figura 01.

Figura 01 | Fases de Elaboração do PDTIC



Na primeira fase (Preparação) foram realizadas as tarefas necessárias para a organização da elaboração do PDTIC, tais como a construção do Plano de Trabalho para elaboração do PDTIC. Definiu-se a abrangência, o período de vigência, a equipe de elaboração, a metodologia e a consolidação dos documentos de referência, de identificação das estratégias da organização e dos princípios e diretrizes.

Na segunda fase (Diagnóstico) foram realizadas as principais tarefas: avaliação dos resultados do PDTIC anterior; análise do referencial de TIC a partir da definição do negócio, missão, visão, princípios e diretrizes, utilizando-se dos objetivos de TIC de acordo com o Planejamento Estratégico 2023-2026 do ITI; análise da organização da TIC compreendendo a estrutura

organizacional, a arquitetura, os processos e os recursos de TIC e levantamento das necessidades de TIC com a participação das áreas do ITI.

No decorrer da terceira e última fase (Planejamento), confeccionou-se o Inventário de Necessidades das unidades organizacionais, incluindo as informações sobre a priorização destas, elencando-se critérios e pontuação para classificação baseada na matriz GUT, técnica que leva em conta a gravidade (G), a urgência (U) e a tendência (T) de cada demanda. As necessidades de TIC foram priorizadas e desdobradas em ações necessárias para o seu atendimento, sendo organizadas em um Plano de Metas e Ações.

Todas as tarefas das fases correspondentes estão detalhadas no Anexo A.

6. Ciclos de Revisão e Monitoramento do PDTIC

A) Revisão

A revisão do PDTIC deve ocorrer anualmente ou, extraordinariamente, quando fatores externos e/ou internos tornem necessária a atualização.

A Figura 02 demonstra as ações a serem realizadas para a revisão do PDTIC 2023-2026.

Figura 02 | Ciclo de Revisão do PDTIC



O PDTIC se encontra disponível, em sua última versão, na Intranet e no Portal do ITI.

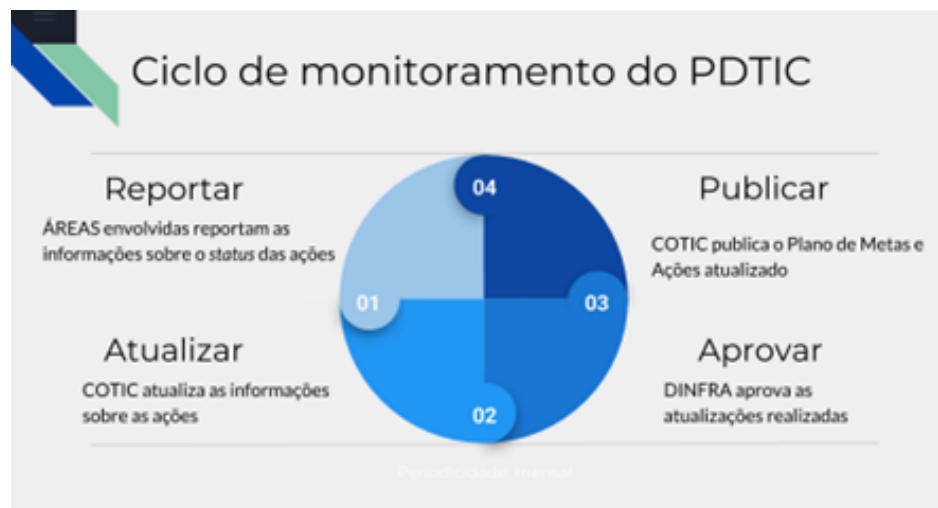
B) Monitoramento

O monitoramento do PDTIC ocorre com reporte das áreas envolvidas nas metas e/ou ações.

O acompanhamento possibilita a adoção de procedimentos que orientem a atuação dos responsáveis pela execução do PDTIC, maximizando a possibilidade de se alcançar as metas planejadas.

A Figura 03 demonstra as ações a serem realizadas para o monitoramento do PDTIC 2023-2026.

Figura 03 | Ciclo de Revisão do PDTIC



O resultado do monitoramento do PDTIC é apresentado periodicamente à Diretoria para avaliação das ações e do alcance das metas estabelecidas.

7. Documentos de Referência

Para subsidiar a elaboração deste PDTIC foram considerados os documentos constantes da Tabela 01.

Tabela 01 | Documentos de referência para elaboração do PDTIC (2023-2026)

**Guia de PDTIC do SISP
(Versão 2.1)**

O Guia de PDTIC do SISP tem por finalidade disponibilizar conhecimento para auxiliar na elaboração e acompanhamento de um PDTIC, com conteúdo e qualidade mínimos para aprimorar

	a governança e a gestão da Tecnologia da Informação e Comunicações nos órgãos da Administração Pública Federal – APF. Disponível no link.
Política de Governança do ITI	Portaria nº 16, de 9 de fevereiro de 2018. Dispõe sobre a Política de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicações do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação.
Política de Gestão de Riscos do ITI	Portaria nº 40, de 28 de junho de 2018. Institui a Política de Gestão de Riscos do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação.
Planejamento Estratégico Institucional (2023-2026)	Disponível no link.
Regimento Interno do ITI	Portaria nº 20, de 27 de Abril de 2020. Aprova o Regimento Interno do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação. Disponível no link.
PDTIC ITI (2020-2022)	O Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTIC é um instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão de recursos e processos de Tecnologia da Informação. Tem por objetivo determinar as prioridades de investimento e alocação de recursos nos diversos projetos e ações de TI. O documento permite o alinhamento entre as atividades de TI e o negócio da organização, a otimização dos recursos disponíveis, o acompanhamento do estágio de desenvolvimento dos projetos, solução de conflitos relativos a recursos e monitoramento dos níveis de serviço de TI e suas melhorias. Disponível no link.
PPA (2020-2023)	Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019. Institui o Plano Plurianual da união para o período 2020 a 2023. Disponível no link.
Estratégia de Governo Digital – EGD (2020-2022)	A Estratégia de Governo Digital (EGD), instituída em 2020 tem o propósito de orientar as iniciativas entre os órgãos do Poder Executivo Federal quanto à utilização da tecnologia para os serviços públicos, conforme DECRETO Nº 10.332, DE 28 DE ABRIL DE 2020 . Disponível no link.

Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022.	Dispõe sobre o processo de contratação de Soluções de Tecnologia da Informação pelos órgãos integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal. Disponível no link .
Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967	Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências.
Decreto nº 7.579, de 11 de outubro de 2011	Dispõe sobre o Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP, do Poder Executivo federal.
Decreto nº 7.174, de 12 de maio de 2010.	Regulamenta a contratação de bens e serviços de informática e automação pela administração pública federal, direta ou indireta, pelas fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público e pelas demais organizações sob o controle direto ou indireto da União.
Medida Provisória Nº 2.200, de 24 de agosto de 2001.	Institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, transforma o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação em autarquia, e dá outras providências.
Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016.	Institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal.
Decreto Nº 9.319, de 21 de março de 2018	Institui o Sistema Nacional para a Transformação Digital e estabelece a estrutura de governança para a implantação da Estratégia Brasileira para a Transformação Digital.
Medida Provisória nº 983, de 16 de junho de 2020.	Dispõe sobre as assinaturas eletrônicas em comunicação com entes públicos e em questões de saúde e sobre as licenças de softwares desenvolvidos por entes públicos.
Portaria nº 20, de 27 de abril de 2020.	Altera os arts. 2º, 17, 21, 23, 24, 25 e 26 do Anexo da Portaria nº 20, de 28 de fevereiro de 2018, e aprova o Regimento Interno do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI.

**Portaria nº 28,
de 06 de julho de 2020.**

Altera o inciso VI do art. 28 do Anexo da Portaria ITI nº 20, de 27 de abril de 2020, que consolidou o Regimento Interno do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI.

8. Estrutura Organizacional de TIC

Conforme a Política de Governança de TIC do ITI, o Sistema de Governança de TIC é composto pela seguinte estrutura organizacional (Disponível [no link](#)):

- Comitê de Governança, Riscos, Controles e Governança Digital (CGRC-GD).
- Coordenação-Geral de Operações (CGOPE):
 - Coordenação-Geral de Infraestrutura e Segurança (CGISE).
- Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Normalização (DAFN):
 - Coordenação-Geral de Auditoria e Fiscalização (CGAFI);
 - Coordenação-Geral de Normalização e Pesquisa (CGNPE).
- Coordenação de Tecnologia da Informação e Comunicação (COTIC).
- Demais unidades organizacionais do ITI.

O CGRC-GD do ITI, instituído por meio da publicação da Portaria nº 16, de 9 de fevereiro de 2018, de caráter estratégico e deliberativo, é composto por representantes das unidades organizacionais e tem por finalidade deliberar sobre políticas, diretrizes e planos relativos à TIC e à Governança Digital. Importante informar que se encontra em processo de atualização a Política de Segurança da Informação do ITI (POSIC), na qual o CGRC-GD também passará a tratar dos assuntos referentes à segurança da

informação e comunicações, em atendimento ao Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018 que institui a nova Política Nacional de Segurança da Informação e dispõe sobre a governança da segurança da informação para a Administração Pública Federal (APF).

A DINFRA representa a área estratégica de TIC e é composta pela Coordenação-Geral de Infraestrutura e Segurança (CGISE) e a Coordenação-Geral de Operações (CGOPE), as quais tratam especificamente das necessidades de TIC referentes à ICP-Brasil. Ademais, a CGISE é responsável por gerenciar toda a infraestrutura tecnológica e de segurança da AC Raiz e da EAT, de acordo com as diretrizes da ICP-Brasil e a CGOPE é responsável por planejar e coordenar os recursos e processos referentes à operação da AC-Raiz e da EAT, além de propor normas relativas à operação da AC Raiz e da ICP-Brasil.

Recentemente a Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Normalização (DAFN) obteve parecer favorável à sua inclusão no rol de órgãos seccionais do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP) e consta como tal desde abril de 2020 no Regimento Interno do ITI.

Atualmente, a área de TIC do ITI possui papel indispensável em suas operações diárias, exercendo papel estratégico que corrobora para tomadas de decisão e gestão mais eficiente.

A Coordenação de Tecnologia da Informação e Comunicação (COTIC), pertencente à Coordenação-Geral de Gestão e Tecnologia da Informação (CGGTI), tem a finalidade de gerenciar e manter o parque computacional, bem como desenvolver e manter as soluções sistêmicas e os recursos de TIC que atendem as demais áreas do Instituto, além de suas competências específicas na Governança de TIC do ITI. Ressalte-se que a COTIC é o órgão seccional do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP).

Esta COTIC ainda carece de transformação em Coordenação-Geral, visto que o nível atual (Coordenação) ocasiona rotatividade indesejável do seu ocupante, tornando-o alvo de convites para outros órgãos em níveis maiores. O nível de Coordenação-Geral facilitará a ocupação do cargo, visto que a partir deste nível não há impedimentos para a liberação, conforme

legislação vigente; e em se tratando de Analista em Tecnologia da Informação, conforme legislação do SISP este não ocupa vaga de ATI destinada ao órgão, se estiver em nível de Coordenação-Geral.

Outrossim, aproximadamente 70% dos órgãos pertencentes ao SISP tem, no mínimo, o nível de Coordenação-Geral, dadas as recomendações do TCU em relação à organização do sistema de governança de TIC em órgãos da Administração Pública Federal. (Acórdão 2585/2012-TCU-Plenário e Acórdão 1200-2014-TCU-Plenário).

Diante do exposto, é notória a inadequação da posição hierárquica da COTIC na estrutura regimental, evidenciando-se a necessidade de reestruturá-la em Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação e Comunicações, tendo em vista todas as suas competências, de Governança de TIC e regimentais.

A) Competências das Estruturas de Governança de TIC

Conforme portaria nº 16, de 09 de fevereiro de 2018:

Ao Comitê de Governança, Riscos, Controles e Governança Digital (CGRC-GD) compete:

- Analisar as propostas de políticas, diretrizes e objetivos estratégicos de TIC;
- Coordenar a formulação de propostas de políticas, diretrizes, objetivos, e estratégias de TIC;
- Coordenar a elaboração dos planos e a definição dos indicadores de desempenho de TIC, bem como a implementação das ações planejadas e a mensuração dos resultados obtidos;
- Consolidar custos, agregar e aprovar a alocação dos recursos orçamentários destinados à TIC, bem como alterações que provoquem impacto significativo sobre a alocação inicial;

- Aprovar e priorizar as demandas para provimento centralizado e descentralizado de novas soluções de TIC de natureza corporativa, assim como demandas de manutenção com impacto significativo sobre os planos de TIC;
- Aprovar os planos estratégicos e táticos de TIC e os indicadores de desempenho de TIC;
- Acompanhar, periodicamente, a execução dos planos estratégicos e táticos de TIC, a evolução dos indicadores de desempenho de TIC e outras informações relativas ao provimento, à gestão e ao uso de TIC no ITI, de modo a reavaliar prioridades, identificar eventuais desvios e determinar correções necessárias;
- Propor melhorias e ajustes julgados necessários, informações consolidadas sobre a situação da governança, da gestão e do uso de TIC no ITI, em especial sobre:
 - Execução dos planos e das ações corporativas relativos à TIC;
 - Evolução dos indicadores de desempenho de TIC;
 - Tratamento de riscos relacionados à TIC;
 - Capacidade e a disponibilidade de recursos de TIC;
 - Resultados de auditoria de TIC a que se submeterem às unidades do ITI;
- Promover a adequada publicidade e transparência das informações a que se refere o inciso VIII;
- Fazer a gestão e o monitoramento do catálogo de Programas e Projetos de TIC;
- Divulgar as ações de TIC no âmbito do ITI, em estreita atuação com a unidade provedora;

- Implantar as políticas e diretrizes de segurança da informação, em conjunto com a unidade provedora e demais unidades correlatas;
- Instituir grupo de trabalho para elaboração do PDTIC;
- Aprovar e publicar os instrumentos de que tratam o art. 7º e o art. 15 desta portaria.

À **Diretoria de Infraestrutura de Chaves Públicas** compete:

- Planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas ao Sistema de Administração de Recursos de Tecnologia da Informação – SISP, do Poder Executivo Federal;
- Definir processos de trabalho, requisitos, regras de negócio e níveis de serviço aplicáveis aos serviços de TIC demandados à unidade provedora;

À **Coordenação de Tecnologia da Informação e Comunicações** compete:

- Definir a arquitetura e padrões tecnológicos para as soluções de TIC;
- Manifestar-se tecnicamente quanto à viabilidade de soluções de TIC propostas ao CGRC-GD;
- Submeter, periodicamente, ao CGRC-GD, propostas de melhorias e ajustes pertinentes sobre a gestão e o uso da TIC no ITI, no âmbito das suas respectivas competências;
- Gerir o catálogo de Serviços de TIC, no âmbito das suas respectivas competências;
- Assessorar o CGRC-GD no exercício de suas atribuições, no âmbito de suas respectivas competências;
- Formular critérios de avaliação da gestão de TIC no âmbito do ITI, em conjunto com o CGRC-GD;

- Coordenar, supervisionar, orientar, acompanhar e avaliar a elaboração e execução dos planos, programas, projetos e contratações de TIC do ITI;
- Representar institucionalmente o ITI em assuntos de TIC, junto a órgãos do governo e da sociedade civil, no âmbito de sua atuação;
- Identificar parcerias tecnológicas e propor acordos de cooperação com outras entidades governamentais para o desenvolvimento de tecnologias úteis no contexto de modernização do ITI;
- Elaborar e propor normas, procedimentos e padrões para aquisição e utilização dos recursos de TIC do ITI;
- Coordenar o desenvolvimento e implantação de sistemas de informação, análise e modelagem de dados e informações, no âmbito do ITI;
- Subsidiar a alta administração e o CGRC-GD na tomada de decisões referentes aos projetos de TIC;
- Elaborar e submeter ao CGRC-GD os instrumentos de que tratam os incisos I, III, IV e V do caput do art. 7º e o caput do art. 15;
- Se responsabilizar pela prospecção de necessidades, mapeamento, recebimento, encaminhamento e acompanhamento das demandas de TIC oriundas das áreas finalísticas do ITI.

Compete às **demais unidades organizacionais** do ITI:

- Definir processos de trabalho, requisitos, regras de negócio e níveis de serviço aplicáveis aos serviços de TIC demandados à unidade provedora.

B) Competências das Estruturas de TIC

Conforme regimento interno:

Art. 11. À **Coordenação de Tecnologia da Informação e Comunicações** compete:

- Planejar, coordenar, orientar e controlar as atividades relacionadas aos recursos de TIC, gestão de riscos de TIC e segurança da informação;
- Pesquisar, desenvolver e incorporar tecnologias que possibilitem a implementação de soluções de TIC e a disseminação de informações necessárias às ações do ITI;
- Propor normas, políticas, processos e procedimentos para o uso dos recursos de TIC;
- Promover a elaboração e execução do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC e demais instrumentos correlatos;
- Exercer a função de órgão seccional do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação – SISF, do Poder Executivo Federal;
- Realizar outras atividades determinadas pelo CGPOA do ITI.

Art. 18. À **Diretoria de Infraestrutura de Chaves Públicas** compete:

- Administrar as atividades relativas à Autoridade Certificadora Raiz – AC Raiz e da Entidade de Auditoria do Tempo - EAT da ICP-Brasil;

- Administrar e operar os ambientes físicos e tecnológicos da AC Raiz no que tange às dimensões de segurança física, segurança da informação e funcionamento das respectivas infraestruturas tecnológicas, em conformidade com as normas da ICP-Brasil;
- Orientar e fornecer subsídios para a elaboração de propostas, revisão e atualização das normas técnicas e operacionais da AC Raiz e da EAT da ICP-Brasil;
- Administrar o ciclo de vida dos certificados digitais das ACs de nível imediatamente subsequente ao da AC Raiz da ICP-Brasil;
- Prestar apoio técnico-especializado em certificação digital e tecnologias correlatas referentes à identificação e à segurança eletrônica a projetos de órgãos da administração pública federal;
- Aprovar os relatórios de análise do gerenciamento de riscos e os planos de ação referentes às operações da AC Raiz da ICP-Brasil;
- Exercer a função de órgão correlato do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISF, conforme Decreto nº 7.579, de 11 de outubro de 2011;
- Realizar outras atividades determinadas pelo Diretor-Presidente do ITI.

Art. 19. À **Coordenação-Geral de Infraestrutura e Segurança da Informação** compete:

- Gerenciar a infraestrutura tecnológica e a segurança da informação da AC Raiz e da EAT da ICP-Brasil;
- Propor e implementar estratégias e diretrizes de segurança da informação e infraestrutura tecnológica, de acordo com as diretrizes institucionais;

- Propor e executar as políticas de gerenciamento de riscos e continuidade do negócio da AC Raiz e da EAT da ICP-Brasil;
- Propor normas relativas à segurança da informação da AC Raiz e da EAT da ICP-Brasil;
- Sugerir o gestor responsável pela segurança física das instalações da AC Raiz, em conformidade com os normativos da ICP-Brasil;
- Submeter à aprovação superior os resultados da análise do gerenciamento de riscos e os planos de ação referentes à AC Raiz da ICP-Brasil;
- Realizar avaliações periódicas de desempenho das pessoas que executam atividades no âmbito da CGISI em consonância com as Políticas da ICP-Brasil;
- Realizar outras atividades determinadas pelo Diretor da DINFRA do ITI.

Art. 22. À **Coordenação-Geral de Operações** compete:

- Gerenciar a infraestrutura tecnológica e a segurança da informação da AC Raiz e da EAT da ICP-Brasil;
- Propor e implementar estratégias e diretrizes de segurança da informação e infraestrutura tecnológica, de acordo com as diretrizes institucionais;
- Propor e executar as políticas de gerenciamento de riscos e continuidade do negócio da AC Raiz e da EAT da ICP-Brasil;
- Propor normas relativas à segurança da informação da AC Raiz e da EAT da ICP-Brasil;

- Sugerir o gestor responsável pela segurança física das instalações da AC Raiz, em conformidade com os normativos da ICP-Brasil;
- Submeter à aprovação superior os resultados da análise do gerenciamento de riscos e os planos de ação referentes à AC Raiz da ICP-Brasil;
- Realizar avaliações periódicas de desempenho das pessoas que executam atividades no âmbito da CGISI em consonância com as Políticas da ICP-Brasil;
- Realizar outras atividades determinadas pelo Diretor da DINFRA do ITI.

Art. 25. À **Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Normalização** compete:

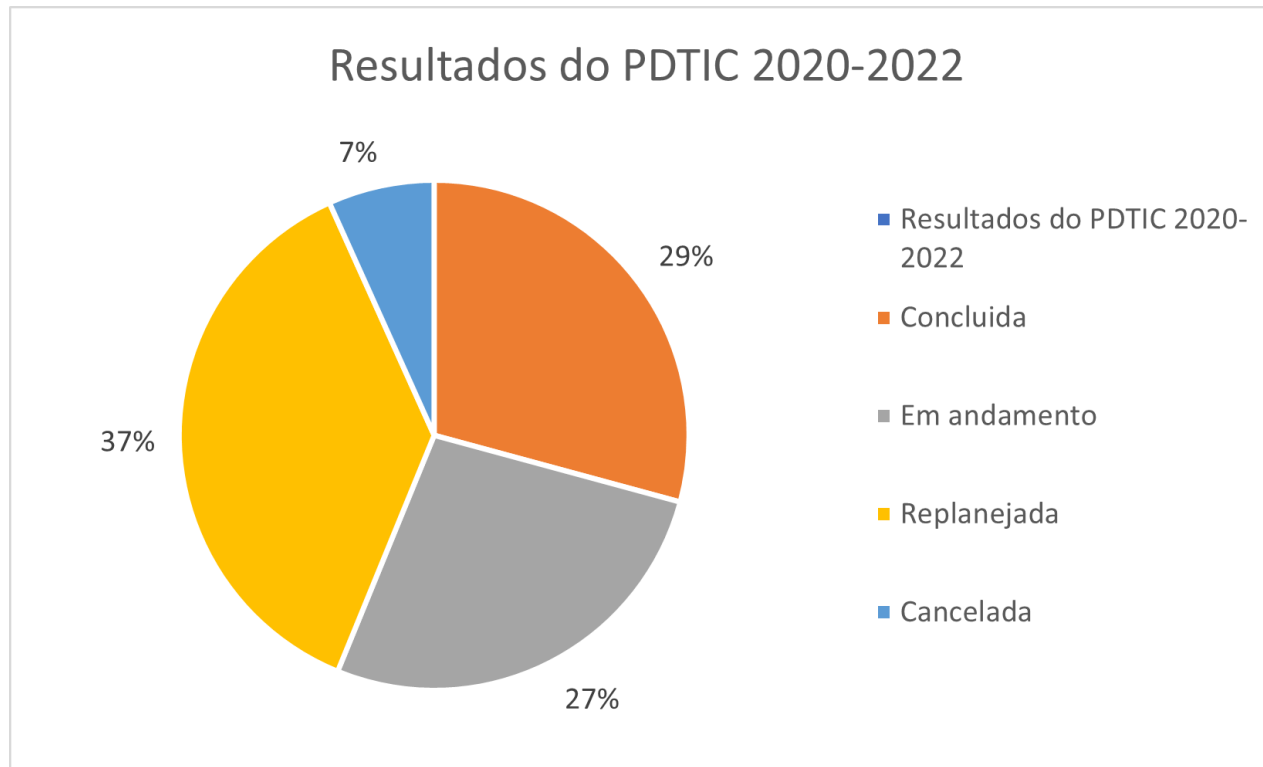
- Planejar, coordenar, supervisionar, executar, avaliar e controlar as atividades relacionadas com auditoria, fiscalização e normalização no âmbito da ICP-Brasil;
- Credenciar entidades, públicas ou privadas, na ICP-Brasil e empresas de auditoria ou auditores independentes para a prestação de serviços à ICP-Brasil;
- Propor a celebração de convênios, acordos, ajustes e de outros instrumentos congêneres de cooperação técnica, no âmbito de sua atuação;
- Fornecer subsídios para a elaboração de propostas, revisão e atualização de normas técnicas e operacionais de competência do Comitê Gestor da ICP-Brasil e do ITI;
- Propor e/ou aplicar sanções e penalidades às entidades integrantes da ICP-Brasil, na forma da legislação;
- Propor a assinatura de Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta e fiscalizar o seu cumprimento;

- Apoiar ações de divulgação e orientação dos assuntos relacionados à auditoria, à fiscalização, à normalização e à pesquisa, inclusive, em fóruns especializados nacionais e internacionais;
- Planejar, coordenar e estabelecer o conteúdo técnico, legal e operacional necessários à capacitação dos agentes de registro;
- Gerenciar os riscos sobre a confiabilidade da ICP-Brasil decorrentes das atividades de credenciamento de sua competência;
- Administrar as atividades relacionadas à gestão dos recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação para as ações que envolvam auditoria, fiscalizações ou normalização no âmbito da ICP-Brasil;
- Exercer a função de órgão correlato do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação – SISF, conforme Decreto nº 7.579, de 11 de outubro de 2011;
- Realizar outras atividades determinadas pelo Diretor-Presidente do ITI.

9. Resultados do PDTIC anterior

O PDTIC 2020-2022 apresentou um inventário com 98 (noventa e oito) necessidades, do qual foi obtido o seguinte resultado (Figura 04):

Figura 04 | Resultados PDTIC (2020 - 2022)



Os resultados das necessidades do PDTIC anterior estão detalhados no Anexo B.

As necessidades não implementadas em sua totalidade foram replanejadas e incluídas no Plano de Metas e Ações do PDTIC 2023-2026.

No campo “Replanejadas”, consideramos ações descritas como “Previstas” e ações descritas como “Demanda Futura”.

10. Referencial Estratégico de TIC

Esta seção é fomentada pelo Planejamento Estratégico do ITI 2023-2026 e a Estratégia de Governo Digital (EGD) 2020-2022, apresentando-se o referencial assim como o alinhamento estratégicos de TIC, em conformidade ao Guia de PDTIC do SISP versão 2.0.

O referencial estratégico compõe-se de missão, visão, princípios e diretrizes, além de análise do ambiente organizacional (análise SWOT) e objetivos estratégicos.

Dado que a TIC é recurso fundamental para o ITI, o qual fornece serviços à sociedade, essencialmente, por meio desta, o alinhamento estratégico corresponde ao alinhamento entre o mapa estratégico do Instituto e as ações do PDTIC, visando às estratégias do negócio, assim como suas evoluções e inovações.

A) Missão

Prover soluções em TIC que atendam às necessidades e políticas do ITI, promovendo o acesso à informação e a prestação de serviços digitais à sociedade, com segurança e tempestividade.

B) Visão

Ser reconhecida como provedora de soluções inovadoras em TIC, contribuindo para que os objetivos estratégicos sejam alcançados por meio da gestão e melhoria contínua dos serviços digitais oferecidos.

C) Valores, Princípios e Diretrizes

Os valores são oriundos do Planejamento Estratégico do ITI e representam a cultura organizacional, constituindo-se de um conjunto de princípios e diretrizes morais ou legais que ensejam o comportamento esperado dentro do Instituto.

Os valores, princípios e diretrizes que norteiam as ações de TIC estão descritos abaixo:

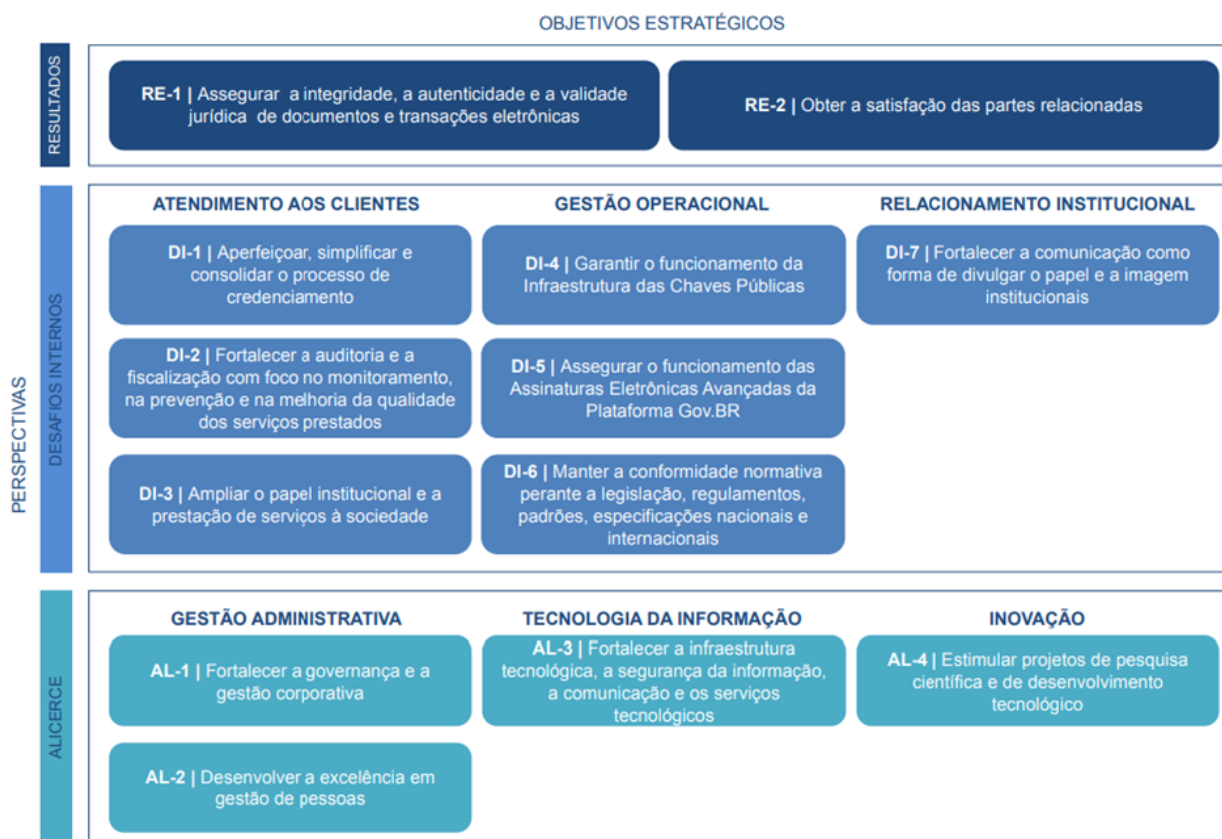
Tabela 02 | Princípios e Diretrizes para Elaboração do PDTIC (2023 - 2026)

ID	Princípios / Diretrizes	Origem
PD01	Ética	
PD02	Transparência	
PD03	Integridade	
PD04	Responsabilidade Social	Planejamento Estratégico Institucional (2019 - 2022)
PD05	Segurança	
PD06	Validade Jurídica	
PD07	Inovação	
PD08	Promoção da Governança de TIC no órgão	
PD09	Busca por Eficiência e Otimização de Recursos de TIC	Política de Governança do ITI
PD10	Estímulo à Otimização e Modernização de Metodologias e Padronizações Tecnológicas	
PD11	Garantia da Segurança da Informação e Comunicações	Política de Gestão de Riscos do ITI
PD12	Transformação Digital de Serviços	
PD13	Unificação de Canais Digitais	EGD (2020 - 2022)
PD14	Interoperabilidade de Sistemas	

D) Objetivos Estratégicos

Os Objetivos Estratégicos de TIC são os resultados quantitativos e qualitativos a serem alcançados pela TIC, com vistas ao melhor atendimento da sua missão e à realização da sua visão. Por ser um órgão que utiliza a TIC como estratégia, será utilizado o mapa estratégico do ITI (Figura 05).

Figura 05 | Mapa Estratégico do ITI



E) Análise SWOT

Trata-se do acrônimo das palavras em inglês Strengths (forças), Weaknesses (fraquezas), Opportunities (oportunidades) e Threats (ameaças). Esta técnica de planejamento ajuda a identificar pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças relacionados ao ambiente analisado.

Forças e fraquezas correspondem à análise do ambiente interno de TIC; oportunidades e ameaças correspondem à análise do ambiente externo à TIC. As informações obtidas com a análise SWOT descritas a seguir (Tabela 03) serviram de suporte para a definição de diretrizes, projetos, ações, prioridades e metas para o PDTIC.

Tabela 03

AMBIENTE INTERNO
Forças
Comitê de Governança Digital composto pela alta administração.
Alinhamento estratégico das ações de TIC.
Participação efetiva para implantação do governo digital.
Normas de TIC formalizadas.
Serviço de suporte ao usuário e administração de redes eficientes.
Infraestruturas de certificação digital e distribuição de tempo confiável com alta disponibilidade, estável e resiliente.
Capacidade gerencial e técnica para manter e executar as políticas associadas à comprovação de identificação e assinaturas eletrônicas.

Domínio e propriedade da tecnologia de hardware e software de suporte a certificação digital e distribuição de tempo.

Capacidade para pesquisa e implementação de novas tecnologias associadas à identificação e às assinaturas eletrônicas avançadas e qualificadas e de auditoria de tempo.

Sistema de homologação de hardware e software criptográfico para uso na ICP-Brasil.

Reconhecimento internacional, em especial, na América Latina, em Gestão de Infraestrutura de Chaves Públicas.

Comprometimento e engajamento do corpo técnico com o cidadão, entidades públicas e privadas e sua missão institucional.

Disseminação do uso das novas tecnologias e inovação.

Fraquezas

Inexistência de escritório de projetos.

Baixa integração entre as soluções de TIC existentes (sistemas) – múltiplas bases de dados.

Carência de recursos humanos.

Sistemas legados sem documentação.

Parte dos recursos de TIC com segurança física e lógica inadequadas.

Carência de produtos para administração de serviços de infraestrutura de TIC.

Metodologia de Desenvolvimento de Software desatualizada.

Inexistência de modelos de arquitetura (de negócio, da informação, de aplicações e de tecnologia).

Dificuldades na internalização do conhecimento de algumas áreas (BI, SIC, Sistemas).

Alta rotatividade de colaboradores.

Estrutura deficitária em alguns setores.

Ausência de quadro próprio.

Estrutura organizacional insuficiente.

Dificuldade de ampliação e sucessão de profissionais especializados nos seus segmentos de atuação e, ainda, com a conseqüente perda de capital intelectual.

Dependência de pessoal terceirizado devido à alta rotatividade dos servidores e empregados públicos cedidos ou requisitados.

Ausência de sede própria compatível com as atribuições da Autarquia.

Falta de processos internos integrados, automatizados e constantemente aperfeiçoados.

Falta do domínio da gestão do controle orçamentário.

Não contar com múltiplas entidades na parceria de pesquisa.

Maturidade baixa de governança integrada sistematizada, que permita um melhor planejamento, monitoramento e controle dos projetos e atividades do ITI.

Ambiente com gestão própria para garantir a contingência.

Ausência de um plano institucionalizado de qualificação.

AMBIENTE EXTERNO

Oportunidades

Parcerias e compartilhamento de informações com outros órgãos.

Aprimoramento do índice de Governança avaliado pelo TCU.

Estímulo ao uso do certificado digital.

Evolução e modernização da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP - Brasil).

Parcerias internacionais para reconhecimento internacional do certificado digital.

Posicionamento estratégico da área de TIC (COTIC).

Demandas da sociedade por melhorias dos serviços atuais e/ou novos serviços.

Estímulo ao certificado digital com mobilidade.

Necessidade de agregar a demanda de serviços digitais da sociedade.

Novas demandas relacionadas à identificação.

Iniciativas do Governo Federal voltadas a desburocratizar os serviços públicos e melhorar o ambiente de negócios.

Agregação de projetos de internet das coisas às tecnologias providas pelo ITI.

Participação do ITI em fóruns regulatórios do governo de tecnologias correlatas.

Incorporação de novas tecnologias relacionadas internamente ao ITI.

Ameaças

Restrição orçamentária.

Vulnerabilidades em Segurança da Informação e Comunicações.

Tecnologias que possam colocar em risco os algoritmos de criptografia do ITI.

Avanço de meios e ferramentas voltados ao cometimento de invasões e fraudes no sistema.

Desconhecimento por parte dos órgãos governamentais e legisladores das atribuições do ITI.

Marco legal do ITI precário.

Surgimento de tecnologias associadas à identificação e as assinaturas eletrônicas avançadas disruptivas.

Dependência da cessão de outros órgãos públicos para a composição do quadro de colaboradores, inclusive o risco permanente do retorno desses servidores para seus órgãos de origem.

Recursos orçamentários insuficientes para investimentos, em especial, para pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica.

Recursos orçamentários insuficientes para despesa de pessoal.

Concentração e dependência de parceiros especializados.

Falta de competitividade para retenção do quadro de pessoal

11. Alinhamento com a Estratégia da Organização

Conforme recomendação das boas práticas em Governança de TIC, o alinhamento entre a TIC e o negócio deve ser sempre considerado na definição da estratégia e de todas as ações de TIC. Pode-se deduzir do modelo de governança de TIC do ITI a importância desse alinhamento nos seguintes pontos:

- A Governança Corporativa é a base para o PDTIC, ou seja, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações obrigatoriamente considera a estratégia e outras informações estabelecidas no Planejamento Estratégico do ITI;
- A Diretoria, constituída pelo seu Diretor-Presidente e todos os diretores da hierarquia de primeiro nível da empresa, é a instância superior de gestão e representação do ITI, não só em nível corporativo, mas também relacionada à área da TIC;
- O Alinhamento Estratégico consiste na interação entre TIC, áreas demandantes e Diretoria para a constante obtenção dos direcionadores estratégicos e objetivos de negócio que afetarão as ações de TIC.

12. Inventários de Necessidades

Nesta seção é apresentado o inventário de necessidades, identificado durante o processo de elaboração deste PDTIC. Foram identificadas 13 (treze) macros necessidades que serão atendidas por meio da execução do Plano de Metas e Ações. As necessidades identificadas são apresentadas abaixo:

Tabela 04 | Inventário de Necessidades do ITI

ITEM	NECESSIDADE DE INFORMAÇÃO	ALINHAMENTO ESTRATÉGICO	ORIGEM DA NECESSIDADE	ÁREAS IMPACTADAS PELA NECESSIDADE
NEI-01	Aperfeiçoar a qualidade de atendimento à sociedade e ao público interno.	RE-2: Obter a satisfação das partes relacionadas.	Planejamento Estratégico Institucional	ITI
NEI-02	Promover a inovação dos serviços prestados à sociedade.	DI-1: Aperfeiçoar, simplificar e consolidar o processo de credenciamento.	Planejamento Estratégico Institucional	ITI
		DI-2: Fortalecer a auditoria e a fiscalização com foco no monitoramento, na prevenção e na melhoria da qualidade dos serviços prestados.		
		DI-3: Ampliar o papel institucional e a prestação de serviços à sociedade.	Estratégia de Governança Digital	
		DI-5: Assegurar o funcionamento das Assinaturas Eletrônicas Avançadas da Plataforma Gov.BR.		
OE.03: Ampliar a oferta e aprimorar os serviços públicos por meio da transformação digital.				
NEI-03	Aperfeiçoar a segurança da informação.	RE-1: Assegurar a integridade, a autenticidade e a validade jurídica de documentos e transações	Planejamento Estratégico	ITI

		eletrônicas.	Institucional	
NEI-04	Aprimorar serviços e governança de TIC.	<p>AL-1: Fortalecer a governança e a gestão corporativa.</p> <p>AL-3: Fortalecer a infraestrutura tecnológica, a segurança da informação, a comunicação e os serviços tecnológicos.</p>	Planejamento Estratégico Institucional	ITI
NEI-05	Aprimorar a transparência ativa do ITI.	<p>OE.01: Fomentar a disponibilização e o uso de dados abertos.</p> <p>OE.02: Promover a transparência por meio do uso de TIC.</p>	Estratégia de Governança Digital	ITI
NEI-06	Promover integração de bases de dados e sistemas.	<p>DI-7: Fortalecer a comunicação como forma de divulgar o papel e a imagem institucionais.</p> <p>OE.04: Compartilhar e integrar infraestruturas, dados, processos, sistemas e serviços.</p> <p>OE.05: Ampliar a participação social no ciclo de vida das políticas e serviços públicos.</p>	Planejamento Estratégico Institucional Estratégia de Governança Digital	ITI
NEI-07	Otimizar a gestão dos recursos de TIC do ITI	AL-3: Fortalecer a infraestrutura tecnológica, a segurança da informação, a comunicação e os serviços tecnológicos.	Planejamento Estratégico Institucional	ITI
NEI-08	Aprimorar as ferramentas de comunicação institucionais.	<p>AL-1: Fortalecer a governança e a gestão corporativa.</p> <p>AL-3: Fortalecer a infraestrutura tecnológica, a segurança da informação, a comunicação e os serviços tecnológicos</p> <p>DI-7: Fortalecer a comunicação como forma de divulgar o papel e a imagem institucionais</p>	Planejamento Estratégico Institucional	ITI

NEI-09	Definir o catálogo e os níveis de serviços de TIC para os serviços prestados aos públicos interno e externo.	AL-3: Fortalecer a infraestrutura tecnológica, a segurança da informação, a comunicação e os serviços tecnológicos.	Planejamento Estratégico Institucional	ITIRAIZ
NEI-10	Ampliar a capacidade de execução de projetos de sistemas de informação.	DI-1: Aperfeiçoar, simplificar e consolidar o processo de credenciamento. DI-2: Fortalecer a auditoria e a fiscalização com foco no monitoramento, na prevenção e na melhoria da qualidade dos serviços prestados. OE.03: Ampliar a oferta e aprimorar os serviços públicos por meio da transformação digital.	Planejamento Estratégico Institucional Estratégia de Governança Digital	ITI
NEI-11	Fornecer ferramentas e serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação adequados para as necessidades de negócio do ITI.	OE.03: Ampliar a oferta e aprimorar os serviços públicos por meio da transformação digital.	Estratégia de Governança Digital	ITI
NEI-12	Aperfeiçoar os processos de gestão da Autoridade Certificadora Raiz da ICP-Brasil	DI-4: Garantir o funcionamento da Infraestrutura das Chaves Públicas DI-5: Assegurar o funcionamento das Assinaturas Eletrônicas Avançadas da Plataforma Gov.BR	Planejamento Estratégico Institucional	ITI
NEI-13	Ampliar e disseminar os serviços providos a partir da ICP-Brasil.	DI-4: Garantir o funcionamento da Infraestrutura das Chaves Públicas DI-5: Assegurar o funcionamento das Assinaturas Eletrônicas Avançadas da Plataforma Gov.BR	Planejamento Estratégico Institucional	ITI

A) Critérios de Priorização

Em virtude da crescente solicitação de demandas das diversas áreas e com diferentes níveis de complexidade, é importante que a área de TIC tenha definidos critérios de priorização das demandas. Esses critérios permitem a todos os envolvidos o conhecimento e entendimento da forma de priorização, uma vez que a TIC não possui recursos suficientes para atender de imediato todas as necessidades identificadas.

A classificação das demandas de TIC no ITI está baseada na Matriz GUT, técnica que leva em conta a gravidade (G), a urgência (U) e a tendência (T) de cada demanda, acrescida dos critérios Impacto sobre Projeto Estratégico e Abrangência.

O cálculo da pontuação total é composto pela soma do produto das dimensões GUT com a pontuação de cada critério ($G * U * T$) + Impacto + Abrangência), conforme tabela abaixo:

Tabela 05 | Critérios de Priorização das Ações do PDTIC (2023 - 2026)

CRITÉRIO	PONTUAÇÃO
Impacto sobre Projeto Estratégico	Determina se a ação contribui diretamente para o alcance de objetivo estratégico. Valores possíveis: 0 ou 4, onde: 0 – Não 4 – Sim
Abrangência	Determina a comunidade atendida ou impactada com a ação. Valores possíveis 1 a 4, onde: 1 – Coordenação

- 2 - Diretoria
- 3 - Instituto
- 4 - Sociedade

Seguindo as definições estabelecidas na matriz GUT, a gravidade está relacionada ao impacto, caso a demanda não seja resolvida. A urgência tem relação com o prejuízo causado, enquanto a demanda não seja resolvida. E a tendência diz respeito ao potencial de agravamento do problema causado pelo não atendimento da demanda.

A pontuação de 1 a 3 para cada dimensão da matriz, permite classificar em ordem decrescente as demandas a serem atendidas na melhoria do processo. Quanto maior o produto, maior a pontuação geral da matriz GUT. Os valores devem ser atribuídos seguindo as orientações da tabela abaixo:

Tabela 06 | Classificação dos Pontos da Matriz GUT

Dimensão	Pontos	Descrição
Gravidade	3	Quando constarem determinações de órgãos de controle externos, legislações externas, resoluções e deliberações internas da Diretoria.
	2	Quando impactar em sistemas que sustentem processos de negócios do Instituto ou na infraestrutura e serviços de TIC.
	1	Quando impactar melhorias pontuais.
Urgência	3	Quando houver interferência em processo crítico do Instituto e/ou causar prejuízo à sua imagem em um curto prazo.
	2	Quando houver interferência em processo crítico do Instituto e/ou causar prejuízo à sua imagem a médio prazo.
	1	Quando houver interferência em processo crítico do Instituto e/ou causar prejuízo à sua imagem em um longo prazo.
Tendência	3	Quando os problemas causados pelo não atendimento tendem a agravar-se a curto prazo.
	2	Quando os problemas causados pelo não atendimento tendem a agravar-se a médio prazo.
	1	Quando os problemas causados pelo não atendimento tendem a agravar-se a longo prazo.

Nota: Considera-se curto prazo o período menor que 6 meses, médio prazo o período compreendido entre 6 e 18 meses e longo prazo o período maior que 18 meses.

Os projetos do Planejamento estratégico servirão de critério para a priorização das ações de TIC e estão apresentados na tabela abaixo:

Tabela 07 | Projetos Estratégicos do ITI

PROJETOS ESTRATÉGICOS	
01	Implantação de Sistema de Credenciamento.
02	Desenvolvimento de Sistema Gerenciador de OID.
03	Implantação de Sistema de Auditoria e Fiscalização de Entidades.
04	Evolução do Sistema CAR – módulos gerenciais e API.
05	Atualização de Sistema Antifraude.
06	Capacitação em Assinaturas Eletrônicas.
07	Validação de Assinaturas Eletrônicas.
08	Cooperação com entidades públicas.
09	Cooperação com entidades e organismos internacionais.
10	A aderência da ICP-Brasil aos padrões internacionais.
11	Referência mundial de tempo.
12	Modernização Tecnológica do Ambiente Seguro da AC Raiz.
13	Pesquisa sobre criptografia pósquântica.
14	Infraestrutura de carimbo de tempo para assinatura avançada.
15	Infraestrutura, serviços e operação de assinaturas eletrônicas avançadas Gov.BR.
16	Melhoria da comunicação interna e da disponibilidade dos dados.

- 17 Instrumentalização da gestão de projetos do ITI.
- 18 Aperfeiçoamento da gestão orçamentária com foco nas contratações públicas.
- 19 Fortalecimento da integridade e conformidade na gestão.
- 20 Implementação da gestão de competências.
- 21 Melhoria da qualidade de vida e do ambiente no trabalho.
- 22 Proposição da criação de quadro próprio de servidores para o ITI como forma de fortalecimento institucional.
- 23 Melhoria da Infraestrutura de TIC.
- 24 Tecnologias, aplicações e serviços para segurança digital.
- 25 Desenvolvimento do modelo de habilitação de instituições com vistas ao estabelecimento de parcerias.

13. Capacidade Estimada de Execução da Área de TIC

De acordo com o Guia de PDTIC do SISP versão 2.0, a estimativa da capacidade de execução da TIC é fundamental no processo do planejamento da execução do plano de ações e envolve tanto a estimativa das pessoas e dos recursos (processos, ferramentas, dentre outros.) necessários para a manutenção dos projetos e atividades em andamento, quanto a estimativa de recursos que poderão ser disponibilizados para alocação em novos projetos e atividades.

No entanto, o ITI não possui dados históricos sobre capacidade ou execução dos projetos de TIC anteriores que possam servir de insumos e, portanto, esta capacidade será medida a partir do acompanhamento do atual Plano de Ações, com publicação no próximo PDTIC.

Atualmente, a área de TIC pode executar até 2 (dois) projetos simultâneos, de acordo com os recursos humanos disponíveis.

14. Planos de Metas e Ações

A) Planos de Metas

O plano de metas apresenta marcos mensuráveis, controláveis e quantificáveis, as estimativas preliminares dos indicadores e prazos para atender às necessidades elencadas no PDTIC.

O uso de indicadores e sua vinculação com os objetivos estratégicos é uma importante ferramenta de gestão, pois permite a transparência na divulgação de resultados, garante o alinhamento dos esforços por meio do estabelecimento de linguagem e objetivos comuns e define critérios objetivos reconhecidos pela instituição.

Na Tabela 08 são apresentados os indicadores com a Polaridade (POL), Frequência (FREQ), Responsável (RESP) e o Objetivo Estratégico (OE) atrelado. Os índices são os mesmos que constam no Planejamento Estratégico do ITI, já que se trata de um órgão que utiliza a TIC como negócio. O detalhamento de cada índice pode ser verificado no Planejamento Estratégico do Instituto, disponível [no link](#).

Tabela 08 | Plano de Metas de TIC

ID	INDICADOR	POL	FREQ	RESP	OE
1	IEM Índice de Efetividade da Missão Institucional	+	A	COGED	RE-1
2	ISA Índice de Satisfação das Partes Relacionadas	+	T	CCOM	RE-2
3	ITC Índice de Tempo Médio de Credenciamento	-	T	CGAFI	DI-1

4	IFR Índice de Fiscalização Realizada	+	S	CGAFI	DI-2
5	IAR Índice de Auditoria Realizada	+	S	CGAFI	DI-2
6	IDC Índice de Disponibilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras	+	M	CGISE	DI-4
7	ATP Acurácia do Tempo Provido pela EAT	+	M	CGOPE	DI-4
8	IEL Indicador de Eficácia na Publicação de Listas de Confiança	+	S	CGNPE	DI-4
9	IDA Índice de Disponibilidade da Infraestrutura de Assinaturas Avançadas Mantidas pelo ITI	+	M	CGISE	DI-5
10	IGRGC Índice Geral de Requisição de Geração de Certificado	+	A	CGISE	DI-5
11	IGRA Índice Geral de Requisição de Assinatura	+	A	CGISE	DI-5
12	NCA Nível de Conformidade da AC-Raíz	+	S	CGISE	DI-5
13	IEN Indicador de Eficiência da Produção Normativa	+	T	CGNPE	DI-6
14	IEC Índice de Exposição em Canais de Comunicação	+	M	CCOM	DI-7
15	EOR Percentual de Execução do Orçamento	+	S	CGGTI	AL-1
16	SGO Nível de Maturidade da Governança e da Gestão do ITI	+	S	CGGTI	AL-1
17	CLI Avaliação do Clima Organizacional	+	S	CGGTI	AL-2
18	COM Quantidade de Áreas Mapeadas e Capacitadas com Vista ao Desenvolvimento de Competências	+	S	CGGTI	AL-2
19	IAD Índice de Atendimento às Demandas de TIC	+	S	COTIC	AL-3
20	ISU Índice de Satisfação de Usuários	+	S	COTIC	AL-3

Legenda: Pol (Polaridade) | Freq (Frequência) | Resp (Responsável) | A (Anual) | T (Trimestral) | M (Mensal) | OE (Objetivo Estratégico)

B) Planos de Ações

As ações propiciaram o atendimento às necessidades elencadas neste PDTIC e estão apresentadas nas tabelas 09 (Custeio), 10 (Investimento) e 11 (sem impacto no orçamento), por ordem de prioridade conforme pontuação obtida pelos critérios explanados no item 11.1. Esses critérios permitem o entendimento da forma de priorização, sendo que estas prioridades são dinâmicas e devem ser revisadas ao longo do tempo. As tabelas apresentam os campos item (identificação) da ação, nome da ação, tipo de ação, descrição da ação, necessidade(s) associada(s), área demandante, se investimento ou custeio, total de pontos (priorização), data limite e área responsável pela execução.

a) Planos de Ações - CGICP (Custeio)

Tabela 10 | Plano de Ações - CGICP (Custeio)

ITEM	ACTI-01
AÇÃO	Desenvolvimento e promoção de serviço de validação de assinaturas eletrônicas (nacional e internacional).
TIPO DE AÇÃO	Serviço na modalidade de TED com entidades públicas de pesquisa.
DESCRIÇÃO DA AÇÃO	Contratação de entidade pública de pesquisa para desenvolver e aperfeiçoar o serviço de validação de assinaturas eletrônicas (nacional e internacional).
PROJETO ESTRATÉGICO	Validação de Assinaturas Eletrônicas.
ÁREA DEMANDANTE	ITI CGICP
ÁREA RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO	CGICP
ITEM	ACTI-02
AÇÃO	Promover acordos de cooperação com instituições de pesquisa no Brasil e no exterior.

TIPO DE AÇÃO	Contratação de instituição de pesquisa, via TED, para desenvolver e prover tecnologias, serviços e aplicações para segurança digital por meio da criptografia, da certificação digital e das tecnologias correlatas.
DESCRIÇÃO DA AÇÃO	Desenvolvimento de protótipos de aplicações.
PROJETO ESTRATÉGICO	Tecnologias, aplicações e serviços para segurança digital.
ÁREA DEMANDANTE	ITI CGICP
ÁREA RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO	CGICP
ITEM	ACTI-03
AÇÃO	Desenvolver ações de cooperação com entidades como Inmetro, Anvisa e UFSC, conforme acordos vigentes.
TIPO DE AÇÃO	Serviço na modalidade de TED com entidades públicas.
DESCRIÇÃO DA AÇÃO	Dar cumprimento ao respectivo plano de trabalho relativo aos acordos de cooperação com órgãos públicos conforme acordos de cooperação vigentes com o objetivo de desenvolver ações de ampliação do papel institucional do ITI na prestação de serviços à sociedade.
PROJETO ESTRATÉGICO	Cooperação com entidades públicas.
ÁREA DEMANDANTE	ITI CGICP
ÁREA RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO	CGICP
ITEM	ACTI-04
AÇÃO	Executar políticas externas por meio de projetos e acordos com o Mercosul, ALADI e Red GEALC.
TIPO DE AÇÃO	Serviço na modalidade de TED com entidades públicas.
DESCRIÇÃO DA AÇÃO	Cooperar com entidades e organismos internacionais na execução de políticas externas, implementação técnica, criação de lista de confiança e no serviço de validação de assinaturas eletrônicas transfronteiriças.

PROJETO ESTRATÉGICO	Cooperação com entidades e organismos internacionais.
ÁREA DEMANDANTE	ITI CGICP.
ÁREA RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO	CGICP
ITEM	ACTI-05
AÇÃO	Promoção de curso de capacitação em assinatura eletrônica (versão para técnicos e versão para gestores públicos).
TIPO DE AÇÃO	Serviço na modalidade de TED com entidades públicas de capacitação.
DESCRIÇÃO DA AÇÃO	Contratação de entidades de capacitação para viabilizar capacitação em Assinaturas Eletrônicas.
PROJETO ESTRATÉGICO	Capacitação em Assinaturas Eletrônicas.
ÁREA DEMANDANTE	ITI CGICP
ÁREA RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO	CGICP.

b) Plano de Ações - CGICP (Investimento)

Tabela 10 | Plano de Ações - CGICP (Investimento)

ITEM	ACTI-06
AÇÃO	Desenvolvimento e promoção de serviço de validação de assinaturas eletrônicas (nacional e internacional).
TIPO DE AÇÃO	Serviço na modalidade de TED com entidades públicas de pesquisa.
DESCRIÇÃO DA AÇÃO	Contratação de entidade pública de pesquisa para desenvolver e aperfeiçoar o serviço de validação de assinaturas eletrônicas (nacional e internacional).

PROJETO ESTRATÉGICO	Validação de Assinaturas Eletrônicas.
ÁREA DEMANDANTE	ITI CGICP
ÁREA RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO	CGICP
ITEM	ACTI-07
AÇÃO	Promover acordos de cooperação com instituições de pesquisa no Brasil e no exterior.
TIPO DE AÇÃO	Contratação de instituição de pesquisa, via TED, para desenvolver e prover tecnologias, serviços e aplicações para segurança digital por meio da criptografia, da certificação digital e das tecnologias correlatas.
DESCRIÇÃO DA AÇÃO	Desenvolvimento de protótipos de aplicações o serviço de validação de assinaturas eletrônicas (nacional e internacional).
PROJETO ESTRATÉGICO	Tecnologias, aplicações e serviços para segurança digital.
ÁREA DEMANDANTE	ITI CGICP
ÁREA RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO	CGICP
ITEM	ACTI-08
AÇÃO	Desenvolver ações de cooperação com entidades como Inmetro, Anvisa e UFSC, conforme acordos vigentes.
TIPO DE AÇÃO	Serviço na modalidade de TED com entidades públicas.
DESCRIÇÃO DA AÇÃO	Dar cumprimento ao respectivo plano de trabalho relativo aos acordos de cooperação com órgãos públicos conforme acordos de cooperação vigentes com o objetivo de desenvolver ações de ampliação do papel institucional do ITI na prestação de serviços à sociedade.
PROJETO ESTRATÉGICO	Tecnologias, aplicações e serviços para segurança digital.
ÁREA DEMANDANTE	ITI CGICP

ÁREA RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO

CGICP

c) Plano de Ações - DINFRA (Custeio)

Tabela 11 | Plano de Ações - DINFRA (Custeio)

ITEM	ACTI-01
AÇÃO	Sustentação dos sistemas de assinaturas eletrônicas avançadas.
TIPO DE AÇÃO	Serviço Continuado.
DESCRIÇÃO DA AÇÃO	Sustentação dos sistemas de certificação digital (HA-WA, YWAPA, YWI-RA e IBA) que compõem o ambiente de assinaturas eletrônicas avançadas.
PROJETO ESTRATÉGICO	Infraestrutura, serviços e operação de assinaturas eletrônicas avançadas gov.br.
ÁREA DEMANDANTE	CGOPE
ÁREA RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO	CGOPE
ITEM	ACTI-02
AÇÃO	Manutenção dos Equipamentos da EAT.
TIPO DE AÇÃO	Serviço Continuado.
DESCRIÇÃO DA AÇÃO	Manutenção e extensão da garantia dos Equipamentos que compõem Entidade de Auditoria do Tempo (EAT) da ICP-Brasil.
PROJETO ESTRATÉGICO	Referência mundial de tempo.
ÁREA DEMANDANTE	CGOPE
ÁREA RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO	CGOPE

ITEM	ACTI-03
AÇÃO	Manutenção dos MSCs.
TIPO DE AÇÃO	Serviço Continuado.
DESCRIÇÃO DA AÇÃO	Manutenção e extensão da garantia dos Módulos de Segurança Criptográficos (MSCs) que compõem o ambiente de assinaturas eletrônicas avançadas e a Infraestrutura de Chaves Públicas da AC-Raiz – Ambientes de Homologação e Produção.
PROJETO ESTRATÉGICO	Infraestrutura, serviços e operação de assinaturas eletrônicas avançadas gov.br.
ÁREA DEMANDANTE	CGOPE
ÁREA RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO	CGOPE
ITEM	ACTI-04
AÇÃO	Contratação de Auditoria Independente.
TIPO DE AÇÃO	Contratação de Auditoria (Serviço continuado).
DESCRIÇÃO DA AÇÃO	Contratação de empresa especializada em auditoria operacional de Autoridades Certificadoras para verificação de conformidade com ICP-Brasil e WebTrust (AC, SSL, EV e Code Signing).
PROJETO ESTRATÉGICO	A aderência da icp-brasil aos padrões internacionais.
ÁREA DEMANDANTE	CGISE
ÁREA RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO	CGOPE
ITEM	ACTI-05
AÇÃO	Contratação de Auditoria Independente.
TIPO DE AÇÃO	Renovação Auditoria (Serviço continuado).
DESCRIÇÃO DA AÇÃO	Contratação de empresa especializada em auditoria operacional de Autoridades Certificadoras

para verificação de conformidade com ICP-Brasil e WebTrust (AC, SSL, EV e Code Signing).

PROJETO ESTRATÉGICO	Aderência da icp-brasil aos padrões internacionais.
ÁREA DEMANDANTE	CGISE
ÁREA RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO	CGOPE
ITEM	ACTI-06
AÇÃO	Sustentação de serviços de assinatura eletrônica avançada.
TIPO DE AÇÃO	Serviço Continuado.
DESCRIÇÃO DA AÇÃO	Sustentação dos serviços que compõem o ambiente de assinaturas eletrônicas avançadas.
PROJETO ESTRATÉGICO	Infraestrutura, serviços e operação de assinaturas eletrônicas avançadas gov.br.
ÁREA DEMANDANTE	CGISE.
ÁREA RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO	CGOPE
ITEM	ACTI-07
AÇÃO	Moving de CCD de contingência.
TIPO DE AÇÃO	Serviço Continuado.
DESCRIÇÃO DA AÇÃO	Movimentação dos equipamentos do CCD de contingência para novo ambiente e manutenção deste ambiente.
PROJETO ESTRATÉGICO	Modernização tecnológica do ambiente seguro da AC Raíz.
ÁREA DEMANDANTE	CGISE
ÁREA RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO	CGISE
ITEM	ACTI-08

AÇÃO	Provimento de acesso à INFOVIA
TIPO DE AÇÃO	Serviço Continuado.
DESCRIÇÃO DA AÇÃO	Renovação do contrato de provimento de acesso à INTERNET e a INFOVIA.
PROJETO ESTRATÉGICO	Modernização tecnológica do ambiente seguro da AC Raiz.
ÁREA DEMANDANTE	CGISE
ÁREA RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO	CGISE
ITEM	ACTI-09
AÇÃO	Ongoing sala-cofre.
TIPO DE AÇÃO	Serviço Continuado.
DESCRIÇÃO DA AÇÃO	Manutenção dos subsistemas que compõem a sala-cofre de Brasília.
PROJETO ESTRATÉGICO	Modernização tecnológica do ambiente seguro da AC Raiz.
ÁREA DEMANDANTE	CGISE
ÁREA RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO	CGISE
ITEM	ACTI-10
AÇÃO	Manutenção do sítio de contingência da AC Raiz.
TIPO DE AÇÃO	Serviço Continuado.
DESCRIÇÃO DA AÇÃO	Manutenção dos subsistemas que compõem a sala-cofre de contingência, localizada no LabSec da Universidade Federal de Santa Catarina.
PROJETO ESTRATÉGICO	Modernização tecnológica do ambiente seguro da AC Raiz.
ÁREA DEMANDANTE	CGISE

ÁREA RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO	CGISE
ITEM	ACTI-11
AÇÃO	Site de contingência.
TIPO DE AÇÃO	Serviço Continuado.
DESCRIÇÃO DA AÇÃO	Locação de sítio para hospedagem da Infraestrutura do site de contingência.
PROJETO ESTRATÉGICO	Infraestrutura, serviços e operação de assinaturas eletrônicas avançadas gov.br.
ÁREA DEMANDANTE	CGISE
ÁREA RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO	CGISE
ITEM	ACTI-12
AÇÃO	Manutenção do cabeamento.
TIPO DE AÇÃO	Contratação de Serviço.
DESCRIÇÃO DA AÇÃO	Contratação de empresa especializada para organização todo o cabeamento estruturado do rack da ICP-Brasil do ambiente de contingência.
PROJETO ESTRATÉGICO	Modernização tecnológica do ambiente seguro da AC Raíz.
ÁREA DEMANDANTE	CGISE
ÁREA RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO	CGISE
ITEM	ACTI-13
AÇÃO	Manutenção do suporte Vmware.
TIPO DE AÇÃO	Serviço Continuado.
DESCRIÇÃO DA AÇÃO	Suporte técnico e garantia de atualização Vmware.

PROJETO ESTRATÉGICO	Infraestrutura, serviços e operação de assinaturas eletrônicas avançadas gov.br.
ÁREA DEMANDANTE	CGISE
ÁREA RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO	CGISE
ITEM	ACTI-14
AÇÃO	Cessão de uso do espaço físico CCD PR.
TIPO DE AÇÃO	Serviço Continuado.
DESCRIÇÃO DA AÇÃO	Cessão de uso do espaço físico utilizado pela sala-cofre localizada no anexo III da Presidência da República.
PROJETO ESTRATÉGICO	Modernização tecnológica do ambiente seguro da AC Raiz.
ÁREA DEMANDANTE	CGGTI
ÁREA RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO	CGGTI

d) Plano de Ações - DINFRA (Investimento)

Tabela 12 | Plano de Ações - DINFRA (Investimento)

ITEM	ACTI-15
AÇÃO	Aquisição de MSCs.
TIPO DE AÇÃO	Aquisição de Equipamentos.
DESCRIÇÃO DA AÇÃO	Aquisição de Módulos de Segurança Criptográficos (MSCs) para o ambiente de assinatura eletrônicas avançadas.
PROJETO ESTRATÉGICO	Infraestrutura, serviços e operação de assinaturas eletrônicas avançadas gov.br.

ÁREA DEMANDANTE	CGOPE
ÁREA RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO	CGOPE
ITEM	ACTI-16
AÇÃO	Garantir sincronismo de tempo para a assinatura avançada.
TIPO DE AÇÃO	Aquisição de Equipamentos.
DESCRIÇÃO DA AÇÃO	Aquisição de equipamentos e sistemas de sincronismo e auditoria do tempo e de carimbo de tempo para compor a Infraestrutura de assinaturas avançadas.
PROJETO ESTRATÉGICO	Infraestrutura de carimbo de tempo para assinatura avançada.
ÁREA DEMANDANTE	CGOPE
ÁREA RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO	CGOPE
ITEM	ACTI-17
AÇÃO	Substituição dos Osciladores de Césio.
TIPO DE AÇÃO	Aquisição de Equipamentos.
DESCRIÇÃO DA AÇÃO	Substituição dos primeiros osciladores de césio adquiridos pelo ITI em 2014 que se encontram no final da vida útil dos cristais de césio (10 anos).
PROJETO ESTRATÉGICO	Referência mundial de tempo.
ÁREA DEMANDANTE	CGOPE
ÁREA RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO	CGOPE
ITEM	ACTI-17
AÇÃO	Substituição dos Osciladores de Césio.

TIPO DE AÇÃO	Aquisição de Equipamentos.
DESCRIÇÃO DA AÇÃO	Substituição dos primeiros osciladores de césio adquiridos pelo ITI em 2014 que se encontram no final da vida útil dos cristais de césio (10 anos).
PROJETO ESTRATÉGICO	Referência mundial de tempo.
ÁREA DEMANDANTE	CGOPE
ITEM	ACTI-18
AÇÃO	Aquisição de Equipamentos para a Escala de Tempo.
TIPO DE AÇÃO	Aquisição de Equipamentos.
DESCRIÇÃO DA AÇÃO	Aquisição de equipamentos necessários para o atendimento ao acordo de cooperação com o INMETRO e adequação da Escala de Tempo aos parâmetros do BIPM.
PROJETO ESTRATÉGICO	Referência mundial de tempo.
ÁREA DEMANDANTE	CGOPE
ÁREA RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO	CGOPE
ITEM	ACTI-19
AÇÃO	Aquisição de infra-estrutura de armazenamento.
TIPO DE AÇÃO	Aquisição de Equipamentos.
DESCRIÇÃO DA AÇÃO	Aquisição de solução de armazenamento ou solução de hiper convergência.
PROJETO ESTRATÉGICO	Modernização tecnológica do ambiente seguro da AC Raiz.
ÁREA DEMANDANTE	CGISE
ÁREA RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO	CGISE

ITEM	ACTI-20
AÇÃO	Atualização de Infraestrutura de armazenamento.
TIPO DE AÇÃO	Aquisição de Equipamentos.
DESCRIÇÃO DA AÇÃO	Aquisição de Infra-estrutura para armazenamento de dados para o ambiente de assinaturas eletrônicas avançadas.
PROJETO ESTRATÉGICO	Infraestrutura, serviços e operação de assinaturas eletrônicas avançadas gov.br.
ÁREA DEMANDANTE	CGISE
ÁREA RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO	CGISE
ITEM	ACTI-21
AÇÃO	Ampliação da capacidade de processamento dos serviços da assinatura avançada.
TIPO DE AÇÃO	Aquisição de Equipamentos.
DESCRIÇÃO DA AÇÃO	Aquisição e servidores para o ambiente de assinatura eletrônicas avançadas.
PROJETO ESTRATÉGICO	Infraestrutura, serviços e operação de assinaturas eletrônicas avançadas gov.br.
ÁREA DEMANDANTE	CGISE
ÁREA RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO	CGISE
ITEM	ACTI-22
AÇÃO	Orquestração de sistemas em containers.
TIPO DE AÇÃO	Serviço Continuado.
DESCRIÇÃO DA AÇÃO	Aquisição de sistemas de orquestração de Infraestrutura de contêineres com suporte e configuração.
PROJETO ESTRATÉGICO	Infraestrutura, serviços e operação de assinaturas eletrônicas avançadas gov.br.

ÁREA DEMANDANTE	CGISE
ÁREA RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO	CGISE
ITEM	ACTI-23
AÇÃO	Sistemas Operacionais.
TIPO DE AÇÃO	Aquisição de Licenciamento de Software.
DESCRIÇÃO DA AÇÃO	Aquisição de sistemas operacionais Linux com suporte e atualização.
PROJETO ESTRATÉGICO	Infraestrutura, serviços e operação de assinaturas eletrônicas avançadas gov.br.
ÁREA DEMANDANTE	CGISE
ÁREA RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO	CGISE
ITEM	ACTI-24
AÇÃO	Substituição do subsistema de UPS do CCD Brasília (Nobreaks).
TIPO DE AÇÃO	Aquisição de Equipamentos.
DESCRIÇÃO DA AÇÃO	Substituição dos nobreaks da sala-cofre de Brasília.
PROJETO ESTRATÉGICO	Modernização tecnológica do ambiente seguro da AC Raiz.
ÁREA DEMANDANTE	CGISE
ÁREA RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO	CGISE
ITEM	ACTI-25
AÇÃO	Ferramenta de análise de Log e SIEM.
TIPO DE AÇÃO	Aquisição de Licenciamento de Software.
DESCRIÇÃO DA AÇÃO	Aquisição de sistema de análise, tratamento e correlação de logs

para eventos de sistemas, incidentes de redes e de segurança.

PROJETO ESTRATÉGICO	Infraestrutura, serviços e operação de assinaturas eletrônicas avançadas gov.br.
ÁREA DEMANDANTE	CGISE
ÁREA RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO	CGISE
ITEM	ACTI-26
AÇÃO	Ferramenta de análise de vulnerabilidade de aplicações, softwares e códigos-fonte.
TIPO DE AÇÃO	Aquisição de Licenciamento de Software.
DESCRIÇÃO DA AÇÃO	Aquisição de sistema de Análise de Código SAST, DAST e IAST do Assinador.
PROJETO ESTRATÉGICO	Infraestrutura, serviços e operação de assinaturas eletrônicas avançadas gov.br.
ÁREA DEMANDANTE	CGISE
ÁREA RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO	CGISE

e) Plano de Ações - DINFRA (Sem Custo)

Tabela 13 | Plano de Ações - DINFRA (Sem Custos)

ITEM	ACTI-27
AÇÃO	Conformidade INMETRO/BIPM
TIPO DE AÇÃO	Acordo de cooperação técnico-científica.
DESCRIÇÃO DA AÇÃO	Tornar o ITI uma das Referências mundiais de tempo em conformidade com o INMETRO e o BIPM.
PROJETO ESTRATÉGICO	Referência mundial de tempo.

ÁREA DEMANDANTE	CGOPE
ÁREA RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO	CGOPE
ITEM	ACTI-28
AÇÃO	Elaborar documento com critérios a serem seguidos para proposição e adoção de algoritmos pós-quânticos (PQC).
TIPO DE AÇÃO	-
DESCRIÇÃO DA AÇÃO	Elaboração plano de ação para implementação de sistemas criptográfico simétricos e assimétricos resistentes à computação quântica.
PROJETO ESTRATÉGICO	Pesquisa sobre criptografia pósquântica.
ÁREA DEMANDANTE	DINFRA
ÁREA RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO	DINFRA

f) Plano de Ações - CGGTI (Custeio)

Tabela 14 | Plano de Ações - CGGTI (Custeio)

ITEM	ACTI-01
AÇÃO	Serviços da Rede INFOVIA.
TIPO DE AÇÃO	Serviço Continuado.
DESCRIÇÃO DA AÇÃO	Contratação de serviços de interconectividade, de acesso à internet e de segurança de rede no âmbito da infraestrutura da rede INFOVIA.
PROJETO ESTRATÉGICO	Melhoria da Infraestrutura de TIC.

ÁREA DEMANDANTE	ITI
ÁREA RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO	COTIC CGISI
ITEM	ACTI-02
AÇÃO	Serviços de atendimento ao usuário de TIC (Service Desk Níveis 1 e 2).
TIPO DE AÇÃO	Serviço Continuado.
DESCRIÇÃO DA AÇÃO	Contratação de serviços de atendimento e suporte técnico ao usuário corporativo de TIC.
PROJETO ESTRATÉGICO	Melhoria da Infra-estrutura de TIC.
ÁREA DEMANDANTE	ITI
ÁREA RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO	COTIC
ITEM	ACTI-03
AÇÃO	Serviços de sustentação de sistemas (desenvolvimento e manutenção de SW).
TIPO DE AÇÃO	Serviço Continuado.
DESCRIÇÃO DA AÇÃO	Contratação de serviços de atendimento e suporte técnico ao usuário corporativo de TIC.
PROJETO ESTRATÉGICO	Melhoria da Infraestrutura de TIC.
ÁREA DEMANDANTE	ITI
ÁREA RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO	COTIC
ITEM	ACTI-04
AÇÃO	Serviços especializados de suporte à infraestrutura de datacenter e de redes de dados (Nível 3).
TIPO DE AÇÃO	Serviço Continuado.

DESCRIÇÃO DA AÇÃO	Contratação de serviços especializados de operação, configuração e suporte para as infraestruturas de datacenter e de redes de dados do ITI.
PROJETO ESTRATÉGICO	Melhoria da Infraestrutura de TIC.
ÁREA DEMANDANTE	ITI
ÁREA RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO	COTIC
ITEM	ACTI-05
AÇÃO	Serviços de Telefonia Fixa.
TIPO DE AÇÃO	Serviço Continuado.
DESCRIÇÃO DA AÇÃO	Contratação de serviços de telefonia fixa (STFC, LDN, LDI) para o ITI-Sede.
PROJETO ESTRATÉGICO	Melhoria da Infra-estrutura de TIC.
ÁREA DEMANDANTE	ITI
ÁREA RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO	COTIC
ITEM	ACTI-06
AÇÃO	Serviços de Fábrica de Software para execução de projetos por meio de metodologia ágil.
TIPO DE AÇÃO	Serviço Continuado.
DESCRIÇÃO DA AÇÃO	Contratação de serviço de desenvolvimento de software (Fábrica) para apoio à elaboração e para a execução de projetos de desenvolvimento de novas soluções para as áreas de negócios do ITI, considerando a utilização da metodologia de desenvolvimento SCRUM/AGILE.
PROJETO ESTRATÉGICO	Melhoria da Infraestrutura de TIC.
ÁREA DEMANDANTE	ITI
ÁREA RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO	COTIC

ITEM	ACTI-07
AÇÃO	Serviços de métricas de software.
TIPO DE AÇÃO	Serviço Continuado.
DESCRIÇÃO DA AÇÃO	Contratação de serviço de apoio aos projetos de desenvolvimento de software por meio da quantificação do trabalho pela metodologia de contagem de pontos de função.
PROJETO ESTRATÉGICO	Melhoria da Infraestrutura de TIC.
ÁREA DEMANDANTE	ITI
ÁREA RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO	COTIC
ITEM	ACTI-08
AÇÃO	Serviço de Impressão (outsourcing).
TIPO DE AÇÃO	Serviço Continuado.
DESCRIÇÃO DA AÇÃO	Contratação de serviços de impressão por meio de outsourcing, contemplando a disponibilização de impressoras e o gerenciamento de impressões.
PROJETO ESTRATÉGICO	Melhoria da Infraestrutura de TIC.
ÁREA DEMANDANTE	ITI
ÁREA RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO	COTIC
ITEM	ACTI-09
AÇÃO	Serviço de Impressão (Aquisição).
TIPO DE AÇÃO	Nova Aquisição.
DESCRIÇÃO DA AÇÃO	Aquisição de impressoras para o Iti (alternativa ao outsourcing).

PROJETO ESTRATÉGICO	Melhoria da Infraestrutura de TIC.
ÁREA DEMANDANTE	ITI
ÁREA RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO	COTIC CGISI
ITEM	ACTI-10
AÇÃO	Suporte para equipamentos de telefonia corporativos.
TIPO DE AÇÃO	Serviço Continuado.
DESCRIÇÃO DA AÇÃO	Contratação de manutenção para equipamentos de telefonia, tais como central telefônica e terminais.
PROJETO ESTRATÉGICO	Melhoria da Infraestrutura de TIC.
ÁREA DEMANDANTE	ITI
ÁREA RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO	COTIC
ITEM	ACTI-11
AÇÃO	Manutenção de equipamentos de datacenter não cobertos por garantia,
TIPO DE AÇÃO	Serviço Continuado.
DESCRIÇÃO DA AÇÃO	Contratação de serviços de suporte técnico para equipamentos de datacenter que necessitam ser mantidos operacionais e que não contam com cobertura de garantia do fabricante, tais como storages, servidores de rede, switches, roteadores, appliances, etc.
PROJETO ESTRATÉGICO	Melhoria da Infraestrutura de TIC.
ÁREA DEMANDANTE	ITI
ÁREA RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO	COTIC
ITEM	ACTI-12

AÇÃO	Aquisição de software de virtualização e de orquestração de ambiente virtualizado.
TIPO DE AÇÃO	Aquisição de Licenças de Software.
DESCRIÇÃO DA AÇÃO	Contratação de serviços de suporte técnico para equipamentos de datacenter que necessitam ser mantidos operacionais e que não contam com cobertura de garantia do fabricante, tais como storages, servidores de rede, switches, roteadores, appliances, etc.
PROJETO ESTRATÉGICO	Melhoria da Infraestrutura de TIC.
ÁREA DEMANDANTE	DINFRA
ÁREA RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO	COTIC CGISI
ITEM	ACTI-13
AÇÃO	Serviços de Telefonia Móvel Corporativa.
TIPO DE AÇÃO	Serviço Continuado.
DESCRIÇÃO DA AÇÃO	Contratação de pacotes de serviços de voz e dados para atendimento das necessidades corporativas.
PROJETO ESTRATÉGICO	Melhoria da Infraestrutura de TIC.
ÁREA DEMANDANTE	ITI
ÁREA RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO	COTIC

g) Plano de Ações - CGGTI (Investimento)

Tabela 15 | Plano de Ações - CGGTI (Investimento)

ITEM	ACTI-14
AÇÃO	Aquisição de estações de alto desempenho.

TIPO DE AÇÃO	Aquisição de Equipamentos.
DESCRIÇÃO DA AÇÃO	Aquisição de estações para auxiliar análise de dossiês nos trabalhos de combate à fraude.
PROJETO ESTRATÉGICO	Melhoria da Infraestrutura de TIC.
ÁREA DEMANDANTE	DAFN
ÁREA RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO	COTIC DAFN
ITEM	ACTI-15
AÇÃO	Ferramenta de proteção anti malware / Antivírus.
TIPO DE AÇÃO	Aquisição de Licenças de Software.
DESCRIÇÃO DA AÇÃO	Implantação de solução para proteção anti malware / Antivírus.
PROJETO ESTRATÉGICO	Melhoria da Infra-estrutura de TIC.
ÁREA DEMANDANTE	ITI
ÁREA RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO	COTIC
ITEM	ACTI-16
AÇÃO	Contratação de Serviço de Segurança e Governança.
TIPO DE AÇÃO	Contratação de Serviço.
DESCRIÇÃO DA AÇÃO	Contratação de Serviço de apoio a fiscalização e auditoria de Segurança da informação e Governança de TI.
PROJETO ESTRATÉGICO	Melhoria da Infraestrutura de TIC.
ÁREA DEMANDANTE	ITI
ÁREA RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO	COTIC

ITEM	ACTI-17
AÇÃO	Contratação de Privileged Access Management (PAM) - Cofre de Senhas.
TIPO DE AÇÃO	Contratação de Serviço.
DESCRIÇÃO DA AÇÃO	Contratação de Privileged Access Management (PAM) - Cofre de Senhas.
PROJETO ESTRATÉGICO	Melhoria da Infraestrutura de TIC.
ÁREA DEMANDANTE	ITI
ÁREA RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO	COTIC

ITEM	ACTI-18
AÇÃO	Expansão de capacidade de armazenamento de dados (storage All Flash).
TIPO DE AÇÃO	Aquisição de Equipamentos.
DESCRIÇÃO DA AÇÃO	Ampliação da capacidade dos atuais equipamentos de armazenamento de dados (storages), a fim de atender à demanda projetada de crescimento da necessidade de armazenamento de dados.
PROJETO ESTRATÉGICO	Melhoria da Infraestrutura de TIC.
ÁREA DEMANDANTE	ITI
ÁREA RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO	COTIC CGISI

ITEM	ACTI-19
AÇÃO	Aquisição de software de backup e alta disponibilidade para múltiplos sites
TIPO DE AÇÃO	Aquisição de Licenças de Software.
DESCRIÇÃO DA AÇÃO	Aquisição de software com capacidade de gerenciamento de backup em disco com o uso de duplicação e com capacidade para gerenciar a disponibilidade de máquinas virtuais e realizar a recuperação de desastres em ambiente de múltiplos sites.

PROJETO ESTRATÉGICO	Melhoria da Infraestrutura de TIC.
ÁREA DEMANDANTE	ITI
ÁREA RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO	COTIC
ITEM	ACTI-20
AÇÃO	Solução para balanceamento de aplicações e monitoramento e visibilidade de serviços.
TIPO DE AÇÃO	Implantação de Solução de TI.
DESCRIÇÃO DA AÇÃO	Implantação de solução para o balanceamento do acesso e para a alta disponibilidade das aplicações corporativas, incluindo ferramentas para monitoramento do desempenho de acesso às aplicações.
PROJETO ESTRATÉGICO	Melhoria da Infraestrutura de TIC.
ÁREA DEMANDANTE	DINFRA
ÁREA RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO	COTIC CGISI
ITEM	ACTI-21
AÇÃO	Modernização de equipamentos (Endpoints) dedicados de videoconferência.
TIPO DE AÇÃO	Aquisição de Equipamentos.
DESCRIÇÃO DA AÇÃO	Aquisição de novos equipamentos para salas e terminais de videoconferência, visando a integração com a nova infraestrutura de videoconferência do ITI.
PROJETO ESTRATÉGICO	Melhoria da Infraestrutura de TIC.
ÁREA DEMANDANTE	ITI
ÁREA RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO	COTIC
ITEM	ACTI-22

AÇÃO	Aquisição de licenças de para serviços de domínio Microsoft.
TIPO DE AÇÃO	Aquisição de Licenças de Software.
DESCRIÇÃO DA AÇÃO	Aquisição de licenças de sistema operacional Windows Server e de licenças CAL (Client Access License), visando a consolidação dos serviços de domínio do ITI.
PROJETO ESTRATÉGICO	Melhoria da Infraestrutura de TIC.
ÁREA DEMANDANTE	ITI
ÁREA RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO	COTIC
ITEM	ACTI-23
AÇÃO	Contratação de assinaturas da suíte de escritório Microsoft Office.
TIPO DE AÇÃO	Assinatura de serviços de software.
DESCRIÇÃO DA AÇÃO	Contratação de assinaturas da suíte de ferramentas de escritório Microsoft Office.
PROJETO ESTRATÉGICO	Melhoria da Infraestrutura de TIC.
ÁREA DEMANDANTE	ITI
ÁREA RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO	COTIC
ITEM	ACTI-24
AÇÃO	Contratação de Fábrica de Software.
TIPO DE AÇÃO	Contratação / manutenção de serviços continuados de TI.
DESCRIÇÃO DA AÇÃO	Contratação de Fábrica de Software para desenvolvimento de portal integrado de atividades finalísticas e aplicativos para smartphone.
PROJETO ESTRATÉGICO	Melhoria da Infraestrutura de TIC.

ÁREA DEMANDANTE	DAFN
ÁREA RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO	COTIC DAFN
ITEM	ACTI-25
AÇÃO	Aquisição de licenças de Sistema Operacional Windows Server e Banco de Dados SQL Server.
TIPO DE AÇÃO	Aquisição de Licenças de Software.
DESCRIÇÃO DA AÇÃO	Aquisição de licenças de softwares visando migração para bancos de dados corporativos e multithread.
PROJETO ESTRATÉGICO	Melhoria da Infraestrutura de TIC.
ÁREA DEMANDANTE	DAFN
ÁREA RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO	COTIC CGAFI
ITEM	ACTI-26
AÇÃO	Aquisição de licenças de Editoração Eletrônica e Web-design.
TIPO DE AÇÃO	Aquisição de Licenças de Software.
DESCRIÇÃO DA AÇÃO	Aquisição de licenças de softwares visando gerenciamento das trilhas de auditoria pré-operacionais e operacionais.
PROJETO ESTRATÉGICO	Melhoria da Infraestrutura de TIC.
ÁREA DEMANDANTE	DAFN
ÁREA RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO	COTIC CGAFI
ITEM	ACTI-27
AÇÃO	Aquisição de licenças de ferramenta de Auditoria.
TIPO DE AÇÃO	Aquisição de Licenças de Software.

DESCRIÇÃO DA AÇÃO	Aquisição de licenças de Editoração Eletrônica e Web-design visando design de front-end de aplicações e sites corporativos institucionais.
PROJETO ESTRATÉGICO	Melhoria da Infraestrutura de TIC.
ÁREA DEMANDANTE	DAFN
ÁREA RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO	COTIC CGAFI
ITEM	ACTI-28
AÇÃO	Aquisição de licenças de ferramenta de Auditoria.
TIPO DE AÇÃO	Aquisição de Licenças de Software.
DESCRIÇÃO DA AÇÃO	Aquisição de licenças de Editoração Eletrônica e Web-design visando design de front-end de aplicações e sites corporativos institucionais.
PROJETO ESTRATÉGICO	Melhoria da Infraestrutura de TIC.
ÁREA DEMANDANTE	DAFN
ÁREA RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO	COTIC CGAFI
ITEM	ACTI-29
AÇÃO	Modernização da infraestrutura de telefonia do ITI (VOIP).
TIPO DE AÇÃO	Aquisição de Equipamentos.
DESCRIÇÃO DA AÇÃO	Processo para análise e aquisição de novos equipamentos de telefonia para atendimento das comunicações corporativas.
PROJETO ESTRATÉGICO	Melhoria da Infraestrutura de TIC.
ÁREA DEMANDANTE	ITI

ÁREA RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO	COTIC
ITEM	ACTI-30
AÇÃO	Aquisição de dispositivos para controle de acesso e implementação de mecanismos de SIC.
TIPO DE AÇÃO	Aquisição de Equipamentos.
DESCRIÇÃO DA AÇÃO	Aquisição de equipamentos capazes de implementar mecanismos de controle às informações armazenadas na infraestrutura de TIC (firewall, IDS/IPS, anti-DDos, balanceamento de enlaces e aplicações etc.).
PROJETO ESTRATÉGICO	Melhoria da Infraestrutura de TIC.
ÁREA DEMANDANTE	ITI
ÁREA RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO	COTIC
ITEM	ACTI-31
AÇÃO	Aquisição de dispositivos e interfaces de redes.
TIPO DE AÇÃO	Aquisição de Equipamentos.
DESCRIÇÃO DA AÇÃO	Aquisição de interfaces de rede para adequação da infraestrutura tecnológica.
PROJETO ESTRATÉGICO	Melhoria da Infraestrutura de TIC.
ÁREA DEMANDANTE	DINFRA
ÁREA RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO	COTIC CGISI
ITEM	ACTI-32
AÇÃO	Modernização de infraestrutura de rede de dados do ITI.
TIPO DE AÇÃO	Aquisição de Equipamentos.

DESCRIÇÃO DA AÇÃO	Aquisição de novos equipamentos de rede de dados (switches, roteadores etc.) para atendimento das demandas de transmissão de dados.
PROJETO ESTRATÉGICO	Melhoria da Infraestrutura de TIC.
ÁREA DEMANDANTE	ITI
ÁREA RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO	COTIC
ITEM	ACTI-33
AÇÃO	Aquisição de novos equipamentos de rede sem fio (WLAN).
TIPO DE AÇÃO	Aquisição de Equipamentos.
DESCRIÇÃO DA AÇÃO	Substituição da atual infraestrutura de rede sem fio do ITI por equipamentos mais modernos, melhor adequados para as necessidades da instituição e cobertos por garantia.
PROJETO ESTRATÉGICO	Melhoria da Infraestrutura de TIC.
ÁREA DEMANDANTE	ITI
ÁREA RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO	COTIC
ITEM	ACTI-34
AÇÃO	Contratação de serviços de IAAS (infraestrutura como serviço) em nuvem pública.
TIPO DE AÇÃO	Assinatura de serviços de software.
DESCRIÇÃO DA AÇÃO	Processo para análise da viabilidade de contratação de infraestrutura como serviço visando a migração gradual de parte dos serviços corporativos para infraestrutura de nuvem pública, objetivando a redução dos custos de operação de TI.
PROJETO ESTRATÉGICO	Melhoria da Infraestrutura de TIC.
ÁREA DEMANDANTE	ITI

ÁREA RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO

COTIC

h) Plano de Ações - CGGTI (Sem Custo)

ITEM	ACTI-35
AÇÃO	Criar programa de capacitação conti-nuado para área de TIC.
TIPO DE AÇÃO	Pessoal de TI.
DESCRIÇÃO DA AÇÃO	Criar programa para definir as capacitações necessárias na área de TIC.
PROJETO ESTRATÉGICO	Melhoria da Infraestrutura de TIC.
ÁREA DEMANDANTE	ITI
ÁREA RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO	COTIC SEGEP

15. Plano de Gestão de Pessoas da Área de TIC

No Plano de gestão de pessoas são apresentados o quantitativo dos recursos humanos existentes na área de TIC e o quantitativo necessário para atender efetivamente aos serviços de TIC do ITI (Tabela 12). Ressalte-se que o Instituto não possui quadro próprio e por isso os recursos humanos são recrutados através de requisição.

Tabela 12 | Quantitativo de Recursos Humanos para a Área de TIC

UNIDADES DE TIC	FUNÇÃO	DAS OU FCPE EXISTENTE	QUANTIDADE ATUAL	QUANTIDADE NECESSÁRIA	
DINFRA	CGISI	Coordenador-Geral	FCPE 101.4	1	1
		Coordenador de Infraestrutura	DAS 101.3	1	1
		Analista de TIC	-	0	3
		Coordenador de Segurança da Informação	FCPE 101.3	1	1
		Analista de Segurança	-	0	2
		*Assessor de Conformidade ICP-Brasil / Webtrust (Compliance)	DAS ou FCPE 102.3	0	1
Subtotal			3	9	
DINFRA	CGOPE	Coordenador-Geral	FCPE 101.4	1	1
		Coordenador de Operações da AC Raiz	FCPE 101.3	1	1
		Coordenador de Operações da EAT	FCPE 101.3	0	1
		Assistente Técnico - EAT	DAS 102.1	1	0
		Analista de Operações	-	1	2
Subtotal			3	5	
DINFRA	COTIC	Coordenador-Geral	DAS ou FCPE 101.4	0	1
		Coordenador de Tecnologia da Informação e Comunicações	FCPE 101.3	1	1
		Coordenador de Sistemas	DAS ou FCPE 101.3	0	1

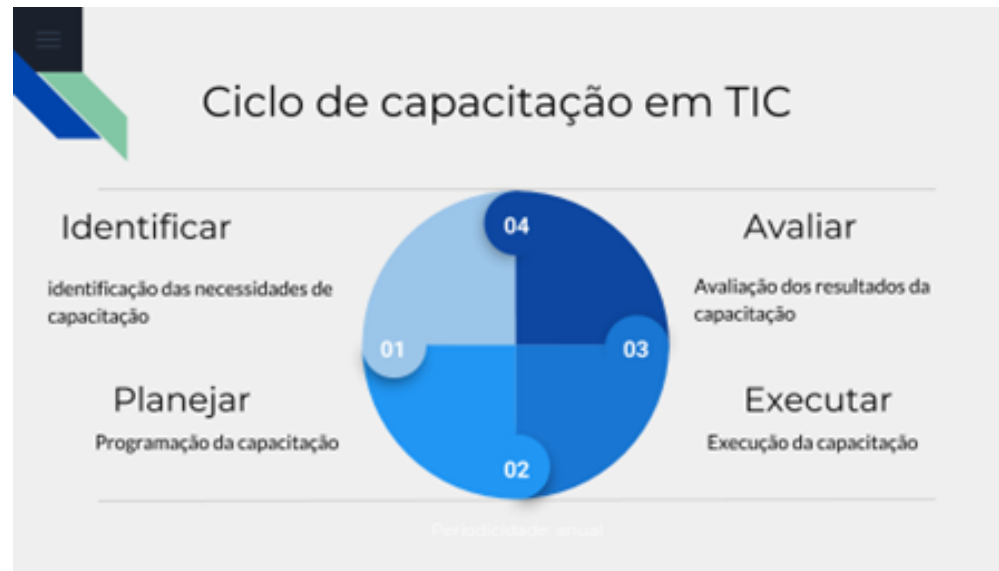
		Coordenador de Infraestrutura	DAS ou FCPE 101.3	0	1	
		**Assessor Técnico	FCPE 102.1	0	1	
		Servidores de TIC (ATI's de outras carreiras)	-	3	16	
				Subtotal	4	21
		Coordenador-Geral	DAS 101.4	1	1	
DAFN	CGNPE	Assessor Técnico	DAS ou FCPE 102.3	1	2	
		Assistente Técnico	DAS ou FCPE 102.1	2	2	
		Analista em Tecnologia da Informação	-	0	3	
				Subtotal	4	8
		Coordenador-Geral	FCPE 101.4	1	1	
		Assessor Técnico	DAS ou FCPE 101.3	4	4	
DAFN	CGAFI	Assistente Técnico	DAS ou FCPE 102.1	3	3	
		Analista em Tecnologia da Informação	-	0	2	
		Analista em Ciência e Tecnologia	-	0	2	
				Subtotal	4	12
				Totais	24	50

*A função de conformidade, conforme recomendações de órgãos de controle e as boas práticas, é desejável que esteja vinculada a outra área, preservando a segregação de funções.

** A necessidade de manter 1 Assessor Técnico é para atender à estrutura de escritório de projetos, hoje inexistente.

O Instituto conta, ainda, com o apoio de pessoas terceirizadas que fornecem serviços para o suporte das demandas técnicas e operacionais. Os principais contratos são de suporte ao usuário, sustentação da infraestrutura de TIC e fábrica de software. Quanto à qualificação, é importante ressaltar que as boas práticas recomendam a capacitação contínua dos recursos humanos. Neste caso, sugere-se um ciclo de capacitação (Figura 06) com uma carga horária mínima de horas anuais a serem cumpridas por servidor, destacando-se os seguintes temas, de acordo com a necessidade verificada pela área de TIC durante o ciclo: Governança e gestão de serviços de TIC; Gestão de projetos e portfólio; Segurança da informação; Governança e análise de dados (BI); Modelagem e controle de processos; Metodologias e práticas de desenvolvimento de software; e Arquitetura e modelagem de sistemas.

Figura 06 | Ciclo de Capacitação em TIC



16. Plano de Gestão de Risco

A gestão dos riscos atende à Política de Gestão de Riscos do ITI, publicada através da Portaria nº 40, de 28 de junho de 2018, com a devida conformidade em relação à metodologia de gestão de riscos do ITI. As etapas realizadas foram:

A) Entendimento do Contexto

- Informações sobre o órgão/unidade: foi realizada pesquisa no regimento interno, planejamento estratégico, projetos estratégicos, políticas e práticas de gestão, além da análise da matriz SWOT para definição do resultado a ser obtido com o processo, que é a elaboração do PDTIC e sua execução.

B) Identificação e Análise de Riscos

- Identificação dos eventos de riscos que podem comprometer a execução do PDTIC.

C) Avaliação de Riscos

- Avaliação dos eventos de riscos identificados, considerando suas causas e consequências sob a perspectiva de probabilidade e impacto, caracterizando os riscos inerentes, já que ainda não foram aplicadas ações gerenciais que possam reduzir a probabilidade de sua ocorrência ou seu impacto. (Art. 2º, XIV, IN Conjunta MP/CGU Nº 01/2016).

D) Priorização e Definição de Respostas aos Riscos

- Identificação dos controles/procedimentos a serem executados para reduzir os riscos.

E) Comunicação e monitoramento

- Mapeamento dos riscos, os quais serão monitorados através do framework definido pela área de controle do ITI.

Para o plano de gestão de riscos, foi avaliado o processo “Elaboração do PDTIC/ITI” e para cada risco identificado, analisou-se a probabilidade e o impacto de ocorrência, aplicando-se uma escala de 3 (três) níveis. Em função da probabilidade e do impacto definidos, determinou-se o Grau de Criticidade, conforme matriz da Figura 07.

Figura 07 | Matriz de Riscos

		IMPACTO		
		Baixo	Médio	Alto
		1	2	3
Probabilidade (frequência observada/esperada)	Alta (>50%)	3	6	9
	Possível (>30% <=50%)	2	4	6
	Baixa (<=30%)	1	2	3

Na Tabela 13 é apresentado o Plano de riscos, em ordem de criticidade.

Tabela 13 | Plano de Riscos

ID	DESCRIÇÃO DO RISCO	PROBABILIDADE	IMPACTO	GRAU DO RISCO (1 A 9)	AÇÃO DE MITIGAÇÃO DO RISCO	RESPONSÁVEL
R1	Falta de pessoal capacitado em determinadas áreas de conhecimento (ex: BI).	Alta	Alto	9	Capacitar recursos humanos nas áreas de conhecimento necessárias; Adequar quadro de pessoal, prevendo a função técnica específica.	DINFRA CGRC-GD
R2	Perda de servidores para condução das atividades de TIC.	Possível	Alto	6	Adequar quadro de pessoal da estrutura de TIC	DINFRA
R3	Orçamento insuficiente	Possível	Alto	6	Priorizar as ações do PDTIC;	CGRC-GD

para execução das ações do PDTIC.

Acompanhar devidamente a execução financeira-orçamentária.

R4	Não realização das contratações.	Possível	Alto	6	Privilegiar adesão a atas/contratações conjuntas; Acompanhamento das contratações em parceria com a área de gestão de contratos.	CGRC-GD DINFRA
R5	Falta de participação e envolvimento efetivos das áreas de negócio.	Baixa	Alto	3	Articular e comunicar com as lideranças das áreas de negócio.	CGRC-GD DINFRA
R6	Mudanças em normativos legais.	Baixa	Médio	2	Aperfeiçoar gestão de TIC para manter a conformidade.	CGRC-GD DINFRA

17. Fatores Críticos de Sucesso

A realização deste PDTIC se desdobra na execução das ações, considerando que alguns aspectos são primordiais para o alcance dos objetivos estratégicos propostos e atingimento da visão de futuro definida para a TIC do ITI. Esses aspectos incluem os seguintes fatores críticos de sucesso:

- Patrocínio da Diretoria do ITI;
- Estrutura de Governança de TIC adequada, com o devido acompanhamento das metas e indicadores;
- Alinhamento das ações de TIC ao Planejamento Estratégico;
- Participação das áreas de negócio em seus respectivos projetos;
- Disponibilidade de recursos humanos, financeiros e tecnológicos.

18. Conclusão

Conforme relatado na apresentação, o objetivo deste documento é a estruturação do PDTIC 2023-2026 do ITI, cujo desafio maior é garantir que a estratégia da área de TIC esteja alinhada aos objetivos estratégicos do Instituto bem como à Estratégia de Governança Digital, para contribuir com benefícios à sociedade brasileira, por meio da expansão do acesso às informações governamentais e da modernização e aperfeiçoamento dos serviços públicos.

Ao final da execução deste Plano, espera-se que a tecnologia da informação e comunicação seja vista pelas áreas finalísticas como parceira estratégica para apoiar suas políticas e prover a implementação de serviços que aprimorem seus processos de negócio.

19. Anexos

A) Anexos I: Fases e tarefas realizadas durante a elaboração do PDTIC

a) Fase de Preparação

- Definir abrangência e período do PDTIC;
- Definir a Equipe de Elaboração do PDTIC – EqPDTIC;
- Descrever a metodologia de elaboração;
- Consolidar documentos de referência;
- Identificar estratégias da organização;
- Identificar princípios e diretrizes;
- Elaborar o Plano de Trabalho do PDTIC – PT-PDTIC;
- Aprovar o PT-PDTIC

b) Fase de Diagnóstico

- Analisar resultados do PDTIC anterior;
- Analisar o referencial estratégico de TIC;
- Analisar a organização da TIC;
- Realizar Análise SWOT da TIC;

- Estimar a capacidade da execução da TIC;
- Planejar o levantamento das necessidades;
- Identificar necessidades de Informação;
- Identificar necessidades de Serviços de TIC;
- Identificar necessidades de Infraestrutura de TIC;
- Identificar necessidades de Contratação de TIC;
- Identificar necessidades de Pessoal de TIC;
- Consolidar o Inventário de Necessidades;
- Alinhar as necessidades de TIC às estratégias da organização;
- Aprovar o Inventário de Necessidades.

c) Fase de Planejamento

- Atualizar critérios de priorização;
- Priorizar as necessidades inventariadas;
- Definir metas e ações;
- Planejar ações de pessoal;

- Planejar orçamento das ações do PDTIC;
- Identificar os fatores críticos de sucesso;
- Planejar o gerenciamento de riscos;
- Consolidar a Minuta do PDTIC;
- Aprovar a Minuta do PDTIC;
- Publicar o PDTIC.

B) Resultados do PDTIC Anterior (2020 - 2022)

AÇÃO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	SITUAÇÃO ATUAL
Serviço de suporte técnico ao ambiente seguro da AC Raiz.	Contratação de suporte técnico para manutenção e operação da infraestrutura de rede e demais serviços da AC Raiz.	Em andamento.
Serviço para apoio à elaboração de painéis gerenciais.	Contratação de serviço para apoio à construção de painéis analíticos gerenciais para acompanhamento das atividades desempenhadas pelas áreas de negócios do ITI.	Em andamento.
Serviços da Rede INFOVIA.	Contratação de serviços de interconectividade, de acesso à internet e de segurança de rede no âmbito da infraestrutura da rede INFOVIA.	Em andamento.
Enlaces de comunicação de dados de Internet (redundância) para atendimento da infraestrutura da AC Raiz.	Hoje dispomos de 2 links: infovia e RNP, sendo que o acesso à RNP depende de uma saída através da INFOVIA. Para garantir redundância real no acesso à Internet da AC Raiz de Brasília é necessário a contratação de link de dados adicional. No sítio de contingência redundância, sendo atendido atualmente apenas por meio da INFOVIA.	Em andamento.
Auditoria independente	Avaliar e adequar as operações da AC Raiz em conformidade	Em andamento.

para AC Raiz.

da ICP-Brasil e demais normativos internacionais.

Desenvolvimento de projeto de pesquisa para produção, aprimoramento e disseminação de tecnologia na geração e verificação de assinaturas digitais conforme o Padrão Brasileiro de Assinaturas Digitais - PBAD.	Aprimoramento e manutenção do Verificador de Conformidade WEB, Verificador de Conformidade Mobile (iOS e Android), Assinador ITI e Gerenciador de Políticas de Assinatura Digital e Listas Confiáveis da ICP-Brasil.	Em andamento.
Serviço de manutenção preventiva e corretiva do ambiente seguro (on-going).	Manutenção preventiva e corretiva do ambiente seguro da AC Raiz.	Concluído.
Manutenção e operação do sítio de contingência da AC-Raiz (UFSC).	Acordo de cooperação técnica que viabiliza o site de contingência em SC da AC Raiz.	Concluído.
Serviços de atendimento ao usuário de TIC (Service Desk Níveis 1 e 2).	Contratação de serviços de atendimento e suporte técnico ao usuário corporativo de TIC.	Concluído.
Serviços de sustentação de sistemas.	Contratação de serviços de manutenção para os sistemas de informação e bancos de dados institucionais.	Cancelado
Serviços de Telefonia Fixa.	Contratação de serviços de telefonia fixa (STFC, LDN, LDI) para o ITI-Sede.	Em andamento
Serviços especializados de suporte à infraestrutura de datacenter e de redes de dados (Nível 3).	Contratação de serviços especializados de operação, configuração e suporte para as infraestruturas de datacenter e de redes de dados do ITI.	Concluído.
Serviços de Fábrica de Software para execução de projetos por meio de metodologia ágil.	Contratação de serviço de desenvolvimento de software (Fábrica) para apoio à elaboração e para a execução de projetos de desenvolvimento de novas soluções para as áreas de negócios do ITI, considerando a utilização da metodologia de desenvolvimento SCRUM/AGILE.	Concluído.
Serviços de métricas de software	Contratação de serviço de apoio aos projetos de desenvolvimento de software por meio da quantificação do trabalho pela metodologia de contagem de pontos de função.	Concluído
Serviço de Impressão (outsourcing)	Contratação de serviços de impressão por meio de outsourcing, contemplando	Concluído

a disponibilização de impressoras e o gerenciamento de impressões.

Manutenção da Cooperação Técnica entre o ITI e o INMETRO	Execução das atividades de apoio prestadas pelo INMETRO ao ambiente de Rastreabilidade da FCT-ICP-Brasil.	Em andamento
Aquisição de software de virtualização e de orquestração de ambiente virtualizado.	Aquisição de licenças perpétuas de software de virtualização, contemplando a plataforma de orquestração e gerenciamento de recursos do ambiente virtualizado, com os objetivos de melhorar as ferramentas hoje disponíveis para as equipes de gestão de infraestrutura de TI e de evitar falhas nos serviços.	Concluído
Manutenção de equipamentos de datacenter não cobertos por garantia.	Contratação de serviços de suporte técnico para equipamentos de datacenter que necessitam ser mantidos operacionais e que não contam com cobertura de garantia do fabricante, tais como storages, servidores de rede, switches, roteadores, appliances, etc.	Concluído
Suporte para equipamentos de telefonia corporativos.	Contratação de manutenção para equipamentos de telefonia, tais como central telefônica e terminais	Cancelado
Aquisição de software de virtualização e de orquestração de ambiente virtualizado	Aquisição de licenças perpétuas de software de virtualização, contemplando a plataforma de orquestração e gerenciamento de recursos do ambiente virtualizado, com os objetivos de melhorar as ferramentas hoje disponíveis para as equipes de gestão de infraestrutura de TI e de evitar falhas nos serviços.	Concluído
Contratação de serviços de cooperação técnica.	Contratação de serviços de cooperação técnica em desenvolvimento de aplicações de inteligência artificial e machine learning.	Demanda futura
Solução de avaliação de vulnerabilidades (vulnerability assessment) e horas de consultoria para testes de invasão (PENTEST).	Os normativos webtrust e ICP-Brasil requerem a implementação de processos de gestão de vulnerabilidades com níveis de maturidade cada vez mais elevados. As últimas atualizações, por exemplo, apresentam limites temporais bem definidos para se identificar as novas vulnerabilidades e implementar as ações de correção/mitigação necessárias.	Previsto
Serviços de Telefonia Móvel Corporativa.	Contratação de pacotes de serviços de voz e dados para atendimento das necessidades corporativas.	Concluído
Criar programa de capacitação continuado para área de TIC.	Criar programa para definir as capacitações necessárias na área de TIC.	Em andamento
Aquisição de estações	Aquisição de estações para auxiliar análise de dossiês	Em andamento

de alto desempenho.	nos trabalhos de combate à fraude.	
Licenciamento e suporte de software para publicação de formulários integrados ao SEI.	Contratação e manutenção do licenciamento e suporte de software para a geração de formulários web a serem utilizados no credenciamento de entidades da ICP-Brasil, com possibilidade de integração ao sistema SEI.	Em andamento
Monitoramento do ambiente seguro da AC Raiz.	Contratação de serviços de monitoramento do ambiente seguro da AC Raiz.	Em andamento
Ferramenta de proteção antimalware.	Implantação de solução para proteção antimalware.	Concluído
Manutenção e Evolução do Plugin PAdES ICP-Brasil para Primitivas Criptográficas de Curvas Elípticas e extensão da Tecnologia de Assinaturas Digitais para Ambientes Mobile.	Manutenção e Evolução de software para manipulação de documentos assinados digitalmente no padrão PAdES ICP-Brasil.	Em andamento
Licenciamento e suporte de software para gestão patrimonial.	Manutenção do licenciamento dos sistemas SIADS utilizado para a gestão patrimonial no ITI.	Cancelado
Expansão de capacidade de armazenamento de dados.	Ampliação da capacidade dos atuais equipamentos de armazenamento de dados (storages), a fim de atender à demanda projetada de crescimento da necessidade de armazenamento de dados.	Concluído
Atualização tecnológica dos subsistemas do ambiente seguro das salas-cofre da ICP-Brasil.	Adequar os subsistemas, mantendo a garantia e suporte continuados dos fabricantes, tais como: Adequação tecnológica do subsistema de detecção e combate a incêndio Adequação tecnológica do subsistema de supervisão e controle	Demanda futura
Infraestrutura de Carimbo de Tempo	Contratação que visa ampliar a disponibilidade da EAT	Em andamento
Aparelho Telefônico Celular com Suporte Sistema Operacional IOS.	Aparelho telefônico móvel com suporte ao sistema operacional IOS.	Em andamento
Estação de Trabalho com Sistema Operacional MacOS.	Estação de Trabalho com Sistema Operacional MacOS	Em andamento
Criação/Implantação de ACT do ITI	Contratação que visa suprir necessidades do ITI referentes a novos protocolos da Rede de Carimbo do Tempo.	Em andamento

Aquisição de licenças de software de análises analíticas e de inteligência corporativa.	Aquisição de licenças de softwares e análises analíticas e de inteligência corporativa visando a análise preditiva de cenários do mercado para tomadas de decisão interna e a publicação de painéis analíticos para o público externo à instituição e a capacidade de análise de dados georreferenciados.	Demanda Futura
Aquisição de software de backup e alta disponibilidade para múltiplos sites.	Aquisição de software com capacidade de gerenciamento de backup em disco com o uso de deduplicação e com capacidade para gerenciar a disponibilidade de máquinas virtuais e realizar a recuperação de desastres em ambiente de múltiplos sites.	Concluído
Solução para balanceamento de aplicações e monitoramento e visibilidade de serviços.	Implantação de solução para o balanceamento do acesso e para a alta disponibilidade das aplicações corporativas, incluindo ferramentas para monitoramento do desempenho de acesso às aplicações.	Demanda futura
Solução para balanceamento de aplicações e monitoramento e visibilidade de serviços.	Implantação de solução para o balanceamento do acesso e para a alta disponibilidade das aplicações corporativas, incluindo ferramentas para monitoramento do desempenho de acesso às aplicações.	Demanda futura
Solução para balanceamento de aplicações e monitoramento e visibilidade de serviços.	Implantação de solução para o balanceamento do acesso e para a alta disponibilidade das aplicações corporativas, incluindo ferramentas para monitoramento do desempenho de acesso às aplicações.	Demanda futura
Solução de backup para a infraestrutura tecnológica da assinatura avançada.	Aquisição de software com capacidade de gerenciamento de backup em disco com o uso de deduplicação e com capacidade para gerenciar a disponibilidade de máquinas virtuais e realizar a recuperação de desastres em ambiente de múltiplos sites.	Em andamento
Solução para balanceamento de aplicações e monitoramento e visibilidade de serviços.	Implantação de solução para o balanceamento do acesso e para a alta disponibilidade das aplicações corporativas, incluindo ferramentas para monitoramento do desempenho de acesso às aplicações.	Demanda futura
Solução de análise de dados e correlacionamento de Eventos.	Implantação de solução para análise de dados e correlacionamento de evento	Previsto
NOC dos ambientes seguros (DF/UFSC).	Criação de ambiente nível 3 para monitoramento e operação remota da infraestrutura da AC Raiz	Demanda Futura
Modernização de equipamentos (Endpoints) dedicados de videoconferência.	Aquisição de novos equipamentos para salas e terminais de videoconferência, visando a integração com a nova infraestrutura de videoconferência do ITI.	Previsto

Aquisição de licenças para serviços de domínio Microsoft.	Aquisição de licenças de sistema operacional Windows Server e de licenças CAL (Client Access License), visando a consolidação dos serviços de domínio do ITI.	Concluído
Contratação de assinaturas da suíte de escritório Microsoft Office.	Contratação de assinaturas da suíte de ferramentas de escritório Microsoft Office.	Concluído
Contratação de Fábrica de Software	Contratação de Fábrica de Software para desenvolvimento de portal integrado de atividades finalísticas e aplicativos para smartphone.	Demanda Futura
Aquisição de Licenças Sistema Operacional Windows Server e Banco de Dados SQL Server.	Aquisição de licenças de softwares visando migração para bancos de dados corporativos e multithread.	Concluído
Solução de biometria	Aquisição de solução especializada em processamento e armazenamento de dados biométricos/biográficos.	Demanda Futura
Aquisição de licenças de Editoração Eletrônica e Web Design.	Aquisição de licenças de Editoração Eletrônica e Web Design visando design de front-end de aplicações e sites corporativos institucionais.	Demanda Futura
Licenciamento e suporte de software para assinatura digital.	Contratação do licenciamento da solução Certillion utilizada para prover a funcionalidade de assinatura digital de documentos integrada aos sistemas corporativos do ITI.	Em andamento
Aquisição de Licenças de Ferramenta de Auditoria.	Aquisição de licenças de softwares visando gerenciamento das trilhas de auditoria pré-operacionais e operacionais.	Demanda Futura
Aquisição de Licenças de Ferramenta Antifraude.	Aquisição de licenças de softwares visando identificação de possíveis fraudes por meio do cruzamento de bancos de dados corporativos institucionais.	Demanda Futura
Aquisição de Módulo de Segurança Criptográfica.	Aquisição de equipamentos para aprimorar a Infraestrutura de Chaves Públicas da AC-Raiz – Ambientes de Homologação e Produção.	Em andamento
Modernização da infraestrutura de telefonia do ITI.	Processo para análise e aquisição de novos equipamentos de telefonia para atendimento das comunicações corporativas.	Previsto
Aquisição de dispositivos para controle de acesso e implementação de mecanismos de SIC	Aquisição de equipamentos capazes de implementar mecanismos de controle às informações armazenadas na infraestrutura de TIC (firewall, IDS/IPS, anti-DDos, balanceamento de enlaces e aplicações etc.).	Concluído

Aquisição de dispositivos e interfaces de redes.	Aquisição de interfaces de rede para adequação da infraestrutura tecnológica.	Concluído
Modernização de infraestrutura de rede de dados do ITI.	Aquisição de novos equipamentos de rede de dados (switches, roteadores etc.) para atendimento das demandas de transmissão de dados.	Concluído
Aquisição de novos equipamentos de rede sem fio (WLAN).	Substituição da atual infraestrutura de rede sem fio do ITI por equipamentos mais modernos, melhor adequados para as necessidades da instituição e cobertos por garantia.	Concluído
Aquisição de firewall corporativo para AC Raiz.	Implantação de equipamentos modernos com o objetivo de simplificar os processos de segurança. As soluções atuais são baseadas no software livre e requerem mão de obra mais cara e especializada.	Concluído
Aquisição switches de rede LAN e SAN.	Atualização tecnológica da infraestrutura. Os equipamentos não aceitam expansão de sua capacidade de desempenho e alocação de portas.	Previsto
Aquisição de Servidores de rede.	Atualização tecnológica da infraestrutura.	Previsto
Aquisição de Storages.	Atualizar a infraestrutura de armazenamento de longo prazo.	Previsto
Aquisição de KVMs/KMMs	Substituição dos equipamentos atuais que estão danificados e com sua recuperação inviável.	Previsto
Rack para servidores.	Alocar novos equipamentos.	Previsto
Solução integrada de segurança de rede.	Diante do aumento da complexidade da infraestrutura da AC Raiz e das ameaças diretamente associadas é importante utilizar um conjunto de controles integrados para a proteção dos ambientes lógicos.	Previsto
Contratação de solução anti DDOS.	Os serviços de tecnologia operados e mantidos pela AC Raiz, por requisito normativo, devem entregar disponibilidade de 99,99%. Entre eles há serviços críticos que precisam de proteção contra-ataques volumétricos e/ou distribuídos. Sem esse tipo de controle o risco de indisponibilidade pode comprometer os níveis de serviços requeridos.	Previsto
Aquisição de Solução de Virtualização (vSphere) + Treinamento.	Atender a necessidade de expansão da infraestrutura tecnológica da AC Raiz.	Previsto

Subscriptions de Sistema Operacional (Red Hat) e Treinamento.	Atender a necessidade de adequação da infraestrutura tecnológica da AC Raiz.	Previsto
Subscriptions de SGDB + Suporte + Treinamento.	Implementar suporte na administração dos sistemas de gerenciamento de banco de dados da AC Raiz.	Previsto
Contratação de serviços de IAAS (infraestrutura como serviço) em nuvem pública.	Processo para análise da viabilidade de contratação de infraestrutura como serviço visando a migração gradual de parte dos serviços corporativos para infraestrutura de nuvem pública, objetivando a redução dos custos de operação de TI.	Cancelado
Acordo de Cooperação Técnica com a Rede RNP.	Manutenção da cooperação técnica com a RNP que possibilita o uso da sua infraestrutura de rede para acesso à Internet.	Concluído
Solução de Controle de Frequência dos Servidores.	Implantação de sistema desenvolvido pelo Ministério do Planejamento para controle de frequência dos servidores do ITI, em atendimento à Instrução Normativa nº 02/2018 - MPDG.	Demanda futura
Acordo de Cooperação Técnica entre o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação e a Presidência da República.	Acordo de Cooperação Técnica entre o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação e a Presidência da República, tendo como objetivo a cessão de espaço físico e demais recursos do centro de dados daquela instituição para hospedagem da infraestrutura de servidores e de armazenamento de dados do ITI.	Em andamento
Solução para backup e alta disponibilidade de serviços em múltiplos sites.	Implantação de solução para orquestração automatizada de cópias de segurança de dados em estrutura on-site e off-site para a recuperação de desastres nos sistemas corporativos.	Em andamento
Solução de orquestração de ambiente virtualizado.	Implantação de solução para gerenciamento, orquestração e administração do ambiente de servidores virtuais.	Concluído
Comitê de Segurança da informação.	Instituição do Comitê de Segurança da Informação do ITI.	Em andamento
Revisão dos Normativos de SIC.	Revisão normativos relativos ao tema Segurança da Informação e Comunicações.	Em andamento
Solução para autenticação em rede sem fio integrada à autenticação de domínio.	Implantação de solução de autenticação para a rede sem fio por meio do protocolo 802.1X (WPA2-Enterprise) integrada ao domínio corporativo.	Cancelado
Solução para autenticação unificada	Implantação de solução de autenticação unificada para os serviços de domínio	Previsto

(single sign-on) para os serviços de TIC, com uso de certificado digital.	e para as aplicações web, por meio do uso de certificado digital.	
Plano de Dados Abertos 2019-2020	Elaboração do Plano de dados Abertos do ITI para o biênio 2019-2020	Concluído
Solução para controle de automação de deployment e integração contínua	Implantação de solução integrada ao repositório de software corporativo para automação da geração de pacotes (build) e disponibilização das aplicações (deployment).	Previsto
Solução para controle de qualidade de software.	Implantação de solução para análise de repositório de código e para definição de parâmetros de qualidade a serem seguidos pelos desenvolvedores de soluções.	Previsto
Solução de repositório de código e controle de versionamento.	Implantação de solução para controle de versões de software e de repositório de código e informações relativas aos projetos do ITI.	Previsto
Solução para gestão de serviços de TI conforme ITILv3.	Implantação de software para gestão de serviços de TIC conforme o framework ITILv3, incluindo gestão de ativos, de catálogo de serviços, de SLA, etc.	Previsto
Escritório de projetos de TIC.	Instituir estrutura para acompanhamento e monitoramento dos projetos de TIC.	Cancelado
Mapeamento e melhoria de processos	Mapeamento e melhoria dos principais processos de TIC	Concluído